



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA EDNA SILVA DE SOUSA

PAISAGEM URBANA E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS: alterações morfológicas da paisagem do Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão, Goiás

CATALÃO, GOIÁS

2021



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ [X] Dissertação ☐ [] Tese

2. Nome completo do autor

MARIA EDNA SILVA DE SOUSA

3. Título do trabalho

PAISAGEM URBANA E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS: alterações morfológicas da paisagem do Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão, Goiás

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ [X] SIM ☐ [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Kingma Orlando, Professor do Magistério Superior**, em 20/10/2021, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDNA SILVA DE SOUSA GOMES, Discente**, em 28/10/2021, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2427957** e o código CRC **3B430035**.

Referência: Processo nº 23070.041141/2021-97

SEI nº 2427957

MARIA EDNA SILVA DE SOUSA

PAISAGEM URBANA E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS: alterações morfológicas da paisagem do Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão, Goiás

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Estudos Ambientais

Orientador: Prof.: Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando

CATALÃO, GOIÁS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Maria Edna Silva de
PAISAGEM URBANA E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS
[manuscrito] : alterações morfológicas da paisagem do Bairro São João e
Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão, Goiás / Maria
Edna Silva de Sousa. - 2021.
XCIV, 94 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Catalão, 2021.

Inclui mapas, fotografias.

1. Paisagens Urbanas. 2. Vegetação. 3. Catalão. 4. Subcentros
comerciais. I. Orlando, Paulo Henrique Kingma, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 199 da Sessão de Defesa Pública de Dissertação de **MARIA EDNA SILVA DE SOUSA**, que confere o título de **Mestre em Geografia**, na área de concentração em **Geografia e Ordenamento do Território**.

Observações:

1. Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu Artigo 2º: "Art. 2º - A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação."
2. O PPG encontra-se vinculado à UFG, pois não houve ainda migração pela CAPES à UFCAT (criada pela Lei 13.634 de 20 de março de 2018, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG)

Aos **vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das **14h**, à distância, por videoconferência pelo aplicativo *Google Meet*, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada "**PAISAGEM URBANA E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS: alterações morfológicas da paisagem do Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar em Catalão, Goiás**". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor **Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando** (IGEO/UFCAT-UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor **Dr. Silas Pereira Trindade** (Geografia/UEG), membro titular externo; Professora **Dra. Ana Paula Novais Pires Koga** (IGEO/UFCAT-UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da Banca Examinadora **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta afim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a Candidata **APROVADA** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 16h20.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Novais Pires, Professor do Magistério Superior**, em 20/10/2021, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Kingma Orlando, Professor do Magistério Superior**, em 20/10/2021, às 21:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silas Pereira Trindade, Usuário Externo**, em 25/10/2021, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2427910** e o código CRC **57138214**.

Referência: Processo nº 23070.041141/2021-97

SEI nº 2427910

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Antônio e Izabel (*in memoriam*) porque apesar de serem semialfabetizados sempre me incentivaram a estudar e sempre apoiaram meus progressos. Sei que ficariam muito felizes ao me virem concluir um mestrado, coisa inimaginável para duas pessoas simples acostumadas com a dureza da vida. E aos meus filhos: Ana Victória, Arthur Henrique e Emanuelle, por serem minha alegria e estímulo diário para continuar lutando.

RESUMO

Este trabalho versa sobre as relações da sociedade urbana com os recursos naturais, sobretudo a vegetação, e estas nas áreas centrais da cidade e em seus subcentros. A pesquisa buscou apresentar o problema da ausência quase que sumária da vegetação nos centros e subcentros comerciais das cidades e questionar se havia incompatibilidade desses dois aspectos coexistirem ou se essa realidade era apenas fruto de um modelo de reprodução do espaço com heranças enraizadas no capitalismo. Para tanto, iniciou-se fazendo um resgate de como era essa relação com o surgimento das primeiras cidades, na antiguidade e de como os ambientes urbanos eram bastantes vegetados, com palácios e casas reais ladeados por jardins, bosques, praças e áreas de passeio, isto tido como símbolo de riqueza e poder, e como essa representação se alterou no período pré e pós-industrial e na modernidade capitalista das grandes e médias cidades do mundo e do país, como Catalão - GO. Depois, discorremos sobre como o entendimento e a percepção da paisagem moldaram as morfologias das cidades, a partir das mudanças de valores, hábitos e costumes sob a influência e convivência de vários povos. Nesse ponto, discute-se também sob os pressupostos de Michael Conzen e da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, os métodos de análise dessas paisagens e as alterações geomorfológicas do ambiente pré-existente. Em seguida, tratamos da questão das cidades como centralidades e de suas áreas centrais que se desdobram em subcentros comerciais à medida que a expansão urbana ocorre e como os elementos naturais (a vegetação) são excluídos nesse processo, afetando diretamente a qualidade de vida da população, como no caso dos subcentros comerciais Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, em Catalão. Encerramos concluindo que, apesar dos pontos positivos encontrados nos subcentros tratados na pesquisa, esse é um assunto para mais debates e uma realidade a ser modificada através de um planejamento urbano que vise contribuir nesse propósito, se quisermos desfrutar dos benefícios da vegetação em ambientes urbanos comerciais e garantir qualidade de vida às futuras gerações.

Palavras-Chaves: Paisagens urbanas, Vegetação, Catalão, Subcentros comerciais.

ABSTRACT

This work deals with the relations of urban society with natural resources, especially vegetation, and these in the central areas of the city and its subcenters. The research sought to present the problem of the almost summary absence of vegetation in the centers and commercial subcenters of the cities and to question whether there was a certain incompatibility of these two aspects coexist or if this reality was only the result of a model of reproduction of space with inheritances rooted in capitalism. To this end, it began by making a rescue of what this relationship was like with the emergence of the first cities, in antiquity and how the urban environments were quite vegetated, with palaces and royal houses surrounded by gardens, woods, squares and walking areas, this was taken as a symbol of wealth and power, and how this representation changed in the pre- and post-industrial period and in the capitalist modernity of the great and medium-sized cities of the world and the country, such as Catalan - GO. Then, we discuss how the understanding and perception of the landscape shaped the morphologies of cities, from the changes of values, habits and customs under the influence and coexistence of various peoples. At this point, it is also discussed under the assumptions of Michael Conzen and the English School of Urban Morphology, the methods of analysis of these landscapes and the geomorphological changes of the pre-existing environment. Next, we treat the issue of cities as centralities and their central areas that unfold in commercial subcenters as urban sprawl occurs and how the natural elements (vegetation) are excluded in this process, directly affecting the quality of life of the population, as in the case of the commercial subcenters Bairro São João and Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, in Catalan. We conclude that, despite the positive points found in the subcenters treated in the research, this is a subject for more debates and a reality to be modified through an urban planning that aims to contribute to this purpose, if we want to enjoy the benefits of vegetation in commercial urban environments and guarantee quality of life to future generations.

Keywords: Urban landscapes, Vegetation, Catalan - GO, Commercial subcenters.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA	12
2. FORMAÇÃO DAS CIDADES E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.....	19
2.1. O surgimento das primeiras cidades - Antiguidade.....	19
2.1.1. Cidades Medievais	20
2.1.2. Cidades Capitalistas	21
2.2. A relação entre Cidade e Elementos Naturais	24
2.3. Capitalismo e Revolução industrial – transformações em ritmo acelerado.....	27
2.4. Formação das cidades brasileiras	30
2.5 Cidades médias.....	33
3. PAISAGENS E PAISAGENS URBANAS	38
3.1. A importância da categoria “paisagem” no contexto da pesquisa.....	38
3.2. Paisagem urbana: formas, definições e métodos de análise	41
3.3. Morfologia da Paisagem Urbana.....	45
3.4. Vegetação e ambiente urbano	48
3.5. Qualidade de vida na cidade.....	49
3.6. Alterações Geomorfológicas da Paisagem	51
4. CATALÃO - CIDADE MÉDIA, ÁREA CENTRAL E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS	60
4.1 Área Central e seus desdobramentos.....	64
4.2 Os subcentros comerciais	67
4.2.1 Bairro São João	68
4.2.2 Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar.....	70
4.3 – As “permanências” existentes nos subcentros.....	72
4.4 – Plano Diretor e Planejamento urbano de Catalão.....	80
4.5 Resultados	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA

O processo de urbanização brasileiro rápido e desordenado, conferiu ao País uma população predominantemente urbana em quase setenta anos. Essa população concentra-se nas grandes metrópoles e regiões metropolitanas e muitas cidades médias. Por sua vez o adensamento dessas pessoas está condicionado ao perímetro urbano das cidades e sua distribuição não é uniforme e nem atende a critérios definidos previamente, mas a uma disposição espacial de acordo com sua condição socioeconômica.

À medida que a cidade cresce, crescem também as demandas por equipamentos e serviços essenciais à população e também à economia local, que visa atender as necessidades de consumo dessas populações. As áreas centrais da cidade, que de modo geral agrupam a maior parte dos comércios e serviços, tendem a se expandir ou desdobrar em pequenas áreas, comerciais mais distanciadas, formando os subcentros de bairros ou conjunto de bairros.

Nesse processo uma série de mudanças e transformações físicas espaciais e sociais acontecem, em parte pela localização em que estes subcentros se formam, uma vez que assim como o próprio processo de expansão urbana estes eventos, por falta de condições, proposital ou negligentemente escapam ao planejamento urbano não sendo considerados os impactos causados, sejam eles negativos ou positivos.

As modificações causadas na paisagem são as mais facilmente identificáveis, pois correspondem à aparência visível do ambiente. Recorrentemente a primeira delas é a substituição paulatina da paisagem natural (ocupação dos amplos espaços, supressão da vegetação, expulsão da fauna etc) pela paisagem construída (construção de residências e edifícios, estabelecimentos comerciais, abertura de avenidas, ruas, impermeabilização do solo, presença constante de veículos etc.).

Isto porque, por influência da colonização europeia ou norte-americana as cidades brasileiras assim como muitas espalhadas pelo mundo, apresentam uma paisagem urbana altamente modificada e desprovida de elementos naturais. A constituição de uma cidade, bem como o processo de expansão urbana alteram a morfologia da paisagem gerando problemas tais como alto índice de impermeabilização do solo, supressão total (ou quase) da vegetação, canalização de rios, ocupação de áreas de proteção, entre outros.

Alguns questionamentos que se impõem nesse contexto é por que mesmo diante da vasta literatura científica existente comprovando a importância dos recursos naturais (como a vegetação) para a vida da população urbana e do planejamento urbano para a boa gestão das

cidades, algumas administrações públicas não investem como deveriam nesses quesitos? A formação de centros comerciais e seus desdobramentos em subcentros comerciais agrava esse problema?

Sendo a cidade o “[...] foco central da atividade econômica e social e de influência na moderna sociedade urbana” conforme afirma Clark (1985 p. 17), assim como objeto de estudo de várias disciplinas, entre as quais está a Geografia, pretende-se sob a ótica geográfica analisar como se forma ou se reproduz a paisagem urbana, analisando a importância do planejamento urbano ambiental no que se refere à qualidade de vida da população de Catalão, Goiás.

O interesse pelo tema surgiu com os trabalhos de campo realizados no município de Catalão (GO), em atendimento às disciplinas do Curso de Bacharel em Geografia e outras, já na Pós-Graduação quando se notou a pouca presença de elementos naturais na paisagem urbana da cidade e principalmente nos locais considerados subcentros, como no Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar.

Sabendo-se da importância da vegetação nos processos biológicos e naturais, diretamente ligados à vida humana e devendo-se considerar a dinâmica da morfologia da paisagem no planejamento urbano, busca-se compreender como trabalhar melhor essas questões na prevenção de transtornos sazonais causados pelo período de chuvas, por exemplo, que afeta a população e onera os cofres públicos pelos prejuízos deles advindos.

A relevância social da pesquisa dá-se pela necessidade sempre presente de se conhecer, entender e intervir nos problemas físico-ambientais causados pela atuação humana num dado ambiente a fim de melhorar as condições de vida da própria sociedade que ali se instala, sobretudo preservando os elementos naturais que lhe proporcionem equilíbrio e bem-estar. É, pois, fundamental que se busque formas de prevenir, minimizar e mitigar os impactos ambientais negativos, a começar por respeitar a própria morfologia da paisagem pré-existente e sua dinâmica.

Do ponto de vista científico, é importante que se produza/acrescente cada vez mais estudos, pesquisas e/ou trabalhos que possam valorizar aspectos e fatores indispensáveis à melhoria de vida das pessoas na cidade e que possam reforçar os objetivos da ciência geográfica como fonte de conhecimentos, que aborda temas e assuntos a ela pertinentes e, por conseguinte à própria sociedade, buscando dar sua contribuição.

Nesse contexto, procura-se estudar as paisagens urbanas que são muitíssimas variadas de lugar para lugar, mas carregam similaridades que podem ser identificadas tanto em grandes metrópoles como Nova York, nos Estados Unidos, como em Catalão, Goiás, ou mesmo em cidades menores. De modo geral, resguardadas as devidas proporções e exceções, o ambiente

urbano é marcado por ruas e avenidas com alta taxa de calçamento, concentração de construções térreas ou prédios com áreas centrais e suas periferias.

Também se caracteriza por privilegiar a paisagem construída em detrimento da paisagem natural pré-existente, e onde desenvolve-se atividades de comércio e serviços ao invés de atividades primárias como agricultura e pecuária. Entre as muitas discussões que giram em torno da definição de cidade e como identifica-la, haja visto os vários entendimentos que há por parte dos estudiosos do assunto, é consenso afirmar que ela difere em linhas gerais do ambiente rural e necessita fortemente deste para sua manutenção e sobrevivência.

O surgimento das primeiras cidades e como o ambiente natural foi sendo gradativamente alterado para o que se entende como urbano, decorreu de transformações econômicas e sociais que levaram muitos séculos para se consolidar, mas que ocorreram de forma mais acelerada com o advento do capitalismo e da Revolução Industrial. Há registro de cidades consideradas desenvolvidas antes desse período, mas vale ressaltar que somente após esses eventos, elas se multiplicaram e ganharam contornos mais definidos exercendo forte influência no modo de vida das pessoas.

O Brasil é um país onde 84,36% da população humana vive em áreas urbanas, conforme dados do Censo Demográfico de 1940-2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), mas o processo de urbanização brasileiro, atrelado diretamente ao de industrialização ocorreu de forma rápida e desorganizada, criando problemas estruturais e sociais desde o início.

Desse modo os centros urbanos acumulam uma gama de fatores que contribuem para a má qualidade de vida como a poluição do ar causada pelo tráfego intenso de veículos, fumaça produzidas pelas fábricas e indústrias, altas temperaturas, alagamentos nos períodos de chuva, entre outros problemas que são agravados pela supressão da vegetação e da constante modificação do ambiente pré-existente para o ambiente construído, sem as devidas precauções.

Sendo, portanto, a cidade o local onde, em média, vivem mais de três quartos da população brasileira e onde se dá uma gama de intrincadas e complexas relações econômicas e socioculturais, nela vemos assim como muitos outros, um objeto de análise e reflexão principalmente do ponto de vista de sua coexistência com os elementos naturais, mais especificamente com a flora ou vegetação.

Buscando compreender essa relação e os modos como ela se dá, sobretudo no que refere às áreas centrais de comércio e serviços, e, por conseguinte de maior fluxo de veículos e circulação de pessoas, surgem algumas indagações sobre esses dois aspectos da vida humana:

desenvolvimento comercial (comércios e serviços) e preservação/conservação da natureza, uma vez que parece haver certa “incompatibilidade” na coexistência de ambos no mesmo ambiente.

Com base na realidade posta, indaga-se: existe realmente essa incompatibilidade? Se existe, quais as razões para isso? Ela decorre inexoravelmente das atividades econômicas ali desenvolvidas, ou é apenas fruto de uma histórica cultura de desmatamento e desvalorização do “natural”? Movida por tais questionamentos tem-se como objetivo geral analisar a formação de subcentros comerciais na cidade de Catalão-Goiás, na área de estudo escolhida, a saber o Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar e sua relação com o ambiente.

Avaliando, portanto, o desenvolvimento de áreas de comércios/serviços e seus desdobramentos e a supressão da vegetação pré-existente nesses locais, intentamos compreender, como objetivos específicos se: é de fato inviável essa relação na paisagem urbana de Catalão (GO); se a formação de subcentros comerciais motiva ou agrava o problema; e de que forma o planejamento urbano pode interferir nessa dinâmica de modo a favorecer a coexistência desses aspectos na área de estudo pesquisada.

Assim sendo, a presente dissertação está estruturada de forma que após a apresentação inicial da temática na introdução, no capítulo II realizou-se uma revisão teórica e conceitual sobre o surgimento e desenvolvimento das cidades e sua relação histórica com os elementos naturais – sobretudo a flora. Seus tópicos e subtópicos estão sequencialmente distribuídos da seguinte forma: O surgimento das primeiras cidades – Antiguidade; Cidades Medievais; Cidades Capitalistas; A relação entre cidade e elementos naturais; Capitalismo e Revolução Industrial – transformações em ritmo acelerado; Formação das cidades brasileiras; Cidades Médias.

No capítulo III abriu-se espaço para falar sobre as paisagens e sobre as paisagens urbanas. Adentrou-se na discussão tanto do conceito de paisagem quanto da morfologia da paisagem e métodos de análise. E buscou-se encontrar na literatura elementos que pudessem revelar as conexões entre as transformações na paisagem, supressão e exclusão das áreas verdes dos sítios urbanos. Para tanto, os tópicos abordados são: A importância da categoria “paisagem” no contexto da pesquisa; Paisagem urbana: formas, definições e métodos de análise; Morfologia da Paisagem Urbana; Vegetação e Ambiente Urbano; Qualidade de Vida na Cidade; Alterações geomorfológicas da Paisagem.

Aborda-se no capítulo IV, Catalão, como cidade média, sua área central e formação de subcentros: Área Central e seus desdobramentos; Os subcentros comerciais: Bairro São João e Av. Dr. Lamartine P. de Avelar; As permanências existentes nos subcentros; Plano Diretor e Planejamento Urbano de Catalão; Resultados. Nesse aspecto o capítulo aborda também o estudo da morfologia da paisagem; sua transformação em subcentro e a existência de um marco identitário no local, o Morro da Saudade no Bairro São João.

Outrossim, trata ainda da questão ambiental dentro do planejamento urbano e de da importância desse instrumento como agente capaz de promover a presença maior e de qualidade de áreas vegetadas na cidade, buscando alternativas viáveis de inclusão de canteiros, arborização de bairros e áreas comerciais visando a qualidade de vida da população local.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre um tema que a nosso ver exige maiores debates que é sobre a formação de subcentros urbanos como reprodução de um modelo de espaço, que não considera a importância da vegetação em seu ambiente. A abordagem realizada espera ter gerado reflexão e informações para uma melhor compreensão do fenômeno de transformação das paisagens nas cidades, em especial nos subcentros do Bairro São João/Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar na Cidade de Catalão-GO e sua relação com os aspectos naturais, construídos pela história humana e fitofisionômicos outrora existentes.

Metodologia da Pesquisa

A metodologia da pesquisa é o conjunto de procedimentos utilizados no processo de investigação a ser feito para apresentar os resultados e soluções do problema proposto no trabalho. Nela, os métodos e os materiais utilizados são elencados, bem como as etapas a serem desenvolvidas de modo a demonstrar a sequência em que a pesquisa foi realizada. De acordo com Luna (2005), o pesquisador deve interpretar a realidade pesquisada conforme a postura teórico-epistemológica adotada, podendo as hipóteses levantadas serem confirmadas ou não.

Havendo, pois, de acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2006) vários tipos de pesquisa, a saber: bibliográfica, descritiva, documental, experimental e exploratória é necessário que aquela (s) que for (erem) utilizada (s) seja informada no corpo do trabalho. Alguns trabalhos englobam características de vários tipos de pesquisa como a que se desenvolve, agregando elementos de algumas das listadas acima, como a bibliográfica, a descritiva e a exploratória e estrutura-se em três pilares basilares que compõem sua totalidade, a saber: pesquisa teórica, a pesquisa documental e a de pesquisa de campo.

A pesquisa teórica compõe-se basicamente de revisão bibliográfica que ampare o escopo teórico e epistemológico da pesquisa (Ibid.) no que se refere à literatura que já aborda os assuntos tratados, como a formação das primeiras cidades, seu desenvolvimento e evolução no decorrer do tempo histórico e sob a intervenção das grandes transformações econômicas e sociais como o surgimento do capitalismo e a Revolução Industrial, bem como sua relação com a vegetação do ambiente pré-existente, especialmente com o crescimento dos comércios e serviços. Nela, fez-se um levantamento considerado pertinente de autores que tratam dessa temática como SILVA (2014); AFONSO (2017); LEFÈBVRE (2001); SPÓSITO (1988); SANTOS (2005); CORREA (1989); MORAES (2005) entre outros.

A pesquisa documental baseia na análise de livros, registros, mapas, fotografias e documentos públicos e privados, que amparem as informações sobre a área da pesquisa, neste caso a saber: Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, em Catalão, Goiás. No entanto, em virtude da pandemia do novo coronavírus que se instalou no mundo desde fins de 2019 e como maior gravidade em todo o ano de 2020, exigindo o fechamento obrigatório de órgãos públicos e privados, a fim de conter o avanço da doença, foi impossível ter acesso a maioria desses documentos e registros, muitos dos quais, nem sequer se sabia o paradeiro, de acordo com informações de funcionários, como da Fundação Maria das Dores Campos (que entrou em reforma no início da pandemia) e da Prefeitura de Catalão.

O acesso à Biblioteca Municipal Digital de Catalão Prof. Antônio Miguel Jorge Chaud, possível apenas em fevereiro de 2021 mostrou-se insatisfatória, pois era realizada através de um único funcionário que buscava, munido do que se pedia, encontrar livros, jornais e fotografias antigos para amparar o contexto histórico, não encontrando boa parte, apesar de sua boa vontade. Dessa forma, a pesquisa ficou restrita ao acesso via internet de documentos disponibilizados na rede internacional de computadores, em sites da Prefeitura de Catalão, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAC e outros órgãos públicos. Tal fato, dificultou e comprometeu significativamente o bom andamento da pesquisa e seu resultado, tendo esta que ser reorganizada de forma mais teórica.

O trabalho de campo, por sua vez foi realizado em alguns pontos da área de pesquisa, mas também ficou comprometido em certos aspectos em virtude dos instrumentos inadequados para a coleta de dados. As fotografias da área só puderam ser tiradas por um celular, na indisponibilidade de uma máquina fotográfica adequada, o que comprometeu a visão mais ampla dos pontos, a serem registrados. Optou-se, por recorrer às imagens do Google Earth ou Maps, para ter-se a visão desejada e os registros anteriores da área, mostrando principalmente a progressão dos aspectos vegetativos, tanto na Avenida Lamartine como no Bairro São João.

No entanto, as versões utilizadas do Google Earth e Google Maps, só disponibilizam alguns poucos registros dessas áreas em anos alternados, quando se utiliza a aba “Imagens Históricas”. No caso desta pesquisa, as imagens encontradas do Bairro São João e Av. Lamartine, às vezes são de 2012, outras de 2015 e outras ainda, mais recentes de 2017 e 2019. E isso também de forma alternada, não havendo, por exemplo um registro sequencial do mesmo recorte em todos os anos citados.

As dificuldades de acesso aos livros, registros e documentos antigos da área de pesquisa, bem como de imagens do Bairro São João e Av. Lamartine em sua fase inicial de desenvolvimento, comprometeram a análise e comparação dos dados numa escala progressiva e histórica do que se intentou abordar da pesquisa - a relação histórica cidades e, sobretudo dos centros comerciais urbanos com a vegetação - haja visto que, de acordo com NETTO, COSTA E LIMA (2014) com base em CONZEN e os pressupostos da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, traçar o paralelo entre o antes e o depois e encontrar as “permanências” é o que permite entender a morfologia urbana e suas transformações no decorrer do tempo.

Entretanto, apesar das dificuldades postas, a pesquisa buscou abarcar os dados encontrados e colhidos e assim analisar o contexto urbano de Catalão, a formação de subcentros e sua relação com a vegetação, a fim de entender como se dá essa relação a nível local e o que pode ou está sendo feito para que seja possível a coexistência desses dois aspectos de forma equilibrada.

2. FORMAÇÃO DAS CIDADES E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

A cidade enquanto fenômeno antropológico não nasceu nos dias atuais e, portanto, para compreendê-la faz-se necessário um resgate às suas origens buscando estabelecer uma periodização capaz de revelar sua evolução através do tempo histórico. Igualmente nesse processo se estabelece a cada tempo uma relação entre a ocupação de um sítio ambiental com a cidade que o vai sobrepor.

Nessa relação, a coexistência entre o passivo ambiental pré-existente e as novas configurações criadas para atender as necessidades da sociedade ali estabelecida passa por adaptações muitas vezes conflitantes e antagônicas do ponto de vista da compreensão que se tem da paisagem natural, que de modo geral está atrelada à visão cultural de mundo em cada época, refletindo-se, por conseguinte nas transformações e permanências no espaço.

2.1. O surgimento das primeiras cidades - Antiguidade

O crescimento das cidades moderna está substancialmente atrelado ao processo de industrialização, mas sua existência antecede essa época como veremos no histórico do surgimento e formação das primeiras cidades. As primeiras delas que se tem registro remontam a 3.500 a. C, na Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates (SPOSITO, 1988), inicialmente formadas próximas a rios a fim de prover água, pasto e local favorável ao desenvolvimento da agricultura.

De acordo com o que é dito por Spósito, outras cidades que despontaram séculos depois tinham as mesmas características:

(...). As mais antigas cidades tinham em comum, além da localização nos vales de grandes rios, uma organização dominante, de caráter teocrático (o líder era rei e chefe espiritual), e um traço na sua estruturação interna do espaço: a elite sempre morava no centro. Isto servia tanto para facilitar o intercâmbio das idéias (que permitiam o exercício da dominação sobre as outras classes sociais), como para elas ficarem menos expostas aos ataques externos, como destaca Gideon Sjoberg em seu texto *Origem e evolução das cidades*. (SPÓSITO, 1988 p. 18).

As evoluções pelas quais essas primeiras cidades foram passando revelaram em séculos posteriores que sua organização física era complexa e variavam de cidade para cidade, possuindo divisões específicas na parte interna como áreas destinadas ao governador/rei e líder

religioso (geralmente desenvolvidos pela mesma pessoa) no centro das cidades e as demais autoridades administrativas em no seu entorno subsequente, ficando as áreas mais externas granjeadas à população comum.

À medida em que uma cidade se destacava e exercia poderio através da conquista de outras localidades, ampliava-se o papel do governador/líder e de seu raio de ação, criando condições favoráveis para dominação e acumulação de riquezas, por consequência para a formação de pequenos impérios, cuja a melhor representação na Antiguidade, foi o Império Romano e suas conquistas sobre outros povos até a Europa Ocidental, afirma Spósito (1988).

Entretanto, nas eras seguintes, principalmente a partir do século V a. C com o declínio do Império Romano houve um retrocesso na expansão da urbanização, a diminuição de grandes cidades e o desaparecimento de outras menores refletindo-se consequentemente nas áreas políticas, econômicas e sociais.

2.1.1. Cidades Medievais

O período correspondente à Idade Média do séc. V ao século XV, representou uma fase de retrocessos em vários aspectos históricos, inclusive no que se refere à urbanização e desenvolvimento das cidades, mantendo-se apenas algumas como Constantinopla, Alexandria e Veneza, graças a influência que já desempenhavam naquela época e da força do comércio de especiarias com o Oriente Médio (Ibid.). Entre os retrocessos apontados, os mais significativos foram a desarticulação da rede urbana, o declínio do poder político central, o esmaecimento das relações interurbanas e das leis que protegiam o comércio imperial.

(...). A consequência mais marcante da queda do Império Romano, porém, foi, sem dúvida, a desarticulação da rede urbana. Na medida em que não havia mais um poder político central, as relações interurbanas enfraqueceram-se e em certas áreas desapareceram, pois caíram por terra as leis que davam proteção ao comércio em todo o Império (sobretudo da produção artesanal, inclusive mercadorias de luxo — a produção alimentar não podia ser transportada a distâncias maiores), e foram suspensos os recursos para a manutenção de estradas e portos, anteriormente construídos e conservados para dar sustentação ao poder imperial.(Ibid., p. 26).

Conforme a supracitada autora, o controle dos árabes sobre as rotas de comércio marítimo cristão através do Mediterrâneo, determinaram o fim da atividade comercial e dos mercadores, afetando diretamente o papel econômico das cidades europeias, trazendo de volta

à Europa Ocidental as atividades agrícolas, que se tornariam uma característica do modo de produção feudal.

Diante dessa nova configuração, com a economia apoiada quase que exclusivamente na produção agrícola, as cidades ou o urbano, como chama Spósito, perderam seu papel político e econômico, tornando-se praticamente inexpressivas. Aquelas que se destacavam passaram a desempenhar outras funções como as cidades episcopais (centros da administração eclesiástica) e o burgos (pontos fortificados destinados à proteção dos senhores feudais, animais, alimentos e também da igreja) (Ibid.).

A própria autora ressalva que essas cidades apesar de inseridas na economia dos feudos, não poderiam ser consideradas propriamente urbanas, uma vez que sua estrutura estava apoiada em bases agrícolas, não havia moradores em grande quantidade, salvo os religiosos e alguns agregados e não detinham quase nenhum poder político. Outra característica das cidades medievais era apresentar uma estrutura arredondada e totalmente murada, com ruas tortuosas que levam às instalações religiosas e públicas, em cuja as áreas centrais ficavam as praças que eram usadas como mercados eventuais.

Essas características vão perdurar até o final do século XV, quando as transformações no modo de produção feudal, vão gradativamente dando ensejo ao modo capitalista de produção sob o qual Spósito faz a seguinte afirmação:

(...) as transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo. (SPÓSITO, 1988 p. 30)

As condições para o desenvolvimento do capitalismo foram sendo geradas graças a força do comércio nas cidades e para além dos limites delas, pós feudalismo medieval, juntamente com outras transformações políticas no interior das classes e da política de Estado. Os comerciantes que residiam nos burgos, foram acumulando riquezas e ganhando espaço fora da área a que estavam restritos e paulatinamente foram se organizando, juntamente com os artesãos até romper com a estrutura da economia feudal (Ibid.)

2.1.2. Cidades Capitalistas

Dessa forma, ocorreu também o ressurgimento, a partir do século XII, de cidades onde antes só havia ruínas e outras foram sendo instaladas em áreas novas, diz Spósito, havendo,

portanto, cidades na Europa Central e Oriental cuja economia estava assentada no comércio e no artesanato (enquanto atividade econômica urbana). Essas cidades dispunham de instituições que outorgavam e protegiam o direito de seus cidadãos e atuavam como pequenos centros administrativos.

A partir da constituição da burguesia como classe social com base comercial, a produção deixou de atender as necessidades humanas, e com seu novo caráter de mercadoria passou a gerar lucro e acumulação através do comércio.

(...). Com o fortalecimento da burguesia comercial proporcional ao crescimento de sua riqueza, de seu capital acumulado, muitas cidades obtiveram sua autonomia e passaram a ser o destino dos servos que fugiam dos feudos, estimulados pela burguesia. Uma expressão demonstra o espírito da época: “o ar da cidade é o ar da liberdade”. (SPÓSITO, 1988 p. 34).

Com a produção do excedente, a troca ou escambo praticado no período feudal foi sendo alterada, passando da troca de mercadoria por mercadoria, para mercadoria por dinheiro o que redundou na primeira acumulação capitalista primitiva, assim chamada por Karl Marx. O processo, porém, dessas transformações foi complexo e lento e envolveu tantos os novos burgueses quanto os próprios servos migrantes dos feudos para a cidade (Ibid.).

Daí por diante, diz Spósito, as transformações econômicas e sociais, se refletem nas ideias e no ideológico modernizando nas cidades, “território do capitalismo”, novas ordens e leis que legitimam e apoiam a ação capitalista. Mudanças ocorrem também na prática da usura que passa a ser praticada de forma desmedida, principalmente por banqueiros, e no abandono da concepção de que a terra é dádiva de Deus para o trabalho.

Com a emergência da burguesia comercial, surge em seguida o corporativismo dos artesãos em defesa de seus ofícios e dos privilégios adquiridos, assim como tenta se manter a aristocracia feudal fragilizada pelo comércio paralelo de excedentes dos mercadores. A concorrência que se seguiu culminou com a especialização e o aprofundamento da divisão do trabalho, que abriu caminho para o trabalho assalariado posterior. Spósito afirma que

(...). Paralelamente a este processo e decorrente da força econômica que a burguesia foi ganhando, começou a se estabelecer, politicamente, uma aliança que paulatinamente suprimiu os privilégios da aristocracia feudal e a autoproteção corporativa dos artesãos. Trata-se da aliança entre o capital comercial e a aristocracia real, entre a burguesia e o rei, que além de permitir a superação de barreiras inicialmente imposta à expansão dos interesses capitalistas, abriu espaço para esta expansão criando as condições para os grandes descobrimentos marítimos (SPÓSITO, 1988, p. 37, 38).

Os Estados Nacionais Absolutistas que emergiram das mudanças ocorridas nesse período, contribuíram grandemente, segunda a autora, para o processo de urbanização, haja visto que ante a possibilidade de expandir o desenvolvimento do capitalismo, promoveu as grandes navegações, redundando na expansão colonial e novos monopólios comerciais historicamente conhecidos.

Decorrente dessa expansão surgem povoamentos nos locais mais longínquos e até inóspitos no primeiro momento, e ainda que as primeiras cidades fundadas nesses locais não tenham passado de “portos construídos para escoar as riquezas coloniais em exploração, ou fortes para proteger os colonizadores” (Ibid., p. 39), serviram de base para a dilatação espacial da urbanização e ponto de articulação do capitalismo europeu. Surgem assim as primeiras cidades brasileiras, fruto da colonização europeia, particularmente portuguesa e espanhola.

No Brasil, durante o século XVI, foram fundadas 18 cidades, segundo dados levantados por Nestor Goulart Reis Filho em seu livro *Evolução Urbana no Brasil*, tendo esse número aumentado para 28 no século XVII. Para citar um exemplo, podemos destacar a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos (atualmente, apenas Salvador), a qual foi fundada em 1549, e em 1583, quando Fernão Cardim percorria a costa brasileira, já tinha uma população considerável para a época: três mil portugueses, oito mil índios cristãos e três ou quatro mil escravos. (SPÓSITO, 1988 p. 40).

Assim como Salvador, Olinda e Rio de Janeiro foram criadas logo nos primeiros séculos de dominação portuguesa e, muitas dessas cidades traziam não apenas o modo de vida europeu, que subjugou os costumes indígenas, traziam também modelo de construção semelhantes às dos países de origem, como afirma Fernandes (2012, p. 21): “assim, as primeiras cidades brasileiras foram constituídas a partir de concepções urbanas arquitetadas ao longo da história da Europa”.

Além do modo de vida, do modelo de construção e de inúmeras outras características europeias, as cidades brasileiras também foram fundadas com funções político-administrativo, religiosas e militar-defensivo inicialmente e sob o regime mercantilista também importado (FERNANDES, 2012; SPÓSITO, 1988), vindo a tornar-se complexos e destacados centros econômicos, comerciais e de poder com o passar do tempo, especialmente após o advento da Revolução Industrial.

2.2. A relação entre Cidade e Elementos Naturais

O que até aqui o que se pode apreender é que a preocupação inicial das cidades não estava voltada para a preservação dos elementos naturais do ambiente pré-existente em que se instalavam. Mas, a presença desses elementos, mormente de vegetação nas cidades já foi bastante comum na antiguidade, ainda que assumindo contornos pré-estabelecidos pelo homem e sob o controle deste, inicialmente na forma de jardins e pomares, e tidos como testemunho cultural, da riqueza e religiosidade (figura 1) de muitos povos (SILVA, 2014; AFONSO, 2017).

Figura 1: Jardim da Ágora de Atenas, Grécia.



Fonte: Site História das Artes Visuais – Prof. Aline Couri. URFJ (s/data).

Entremeada nas cidades da Antiguidade e Idade Média, fosse no Oriente ou no Ocidente, como representação religiosa, de riqueza, poderio político ou apenas como fonte de embelezamento paisagístico, a vegetação, em forma de jardins, fazia parte do ambiente urbano e por consequência, das sociedades vivendo nesses locais. De acordo com MOREAU (2020),

[...] os Assírios tiraram partido dos evoluídos sistemas de rega para manter hortas e pomares que lhes permitia alimentar a população. Por conseguinte, os jardins assírios tinham uma forte componente agrícola. Em contrapartida, os jardins babilônicos apostavam mais na vertente da ornamentação de espaços exteriores, tornando-os locais de convívio de eleição. O exemplo mais icônico dos jardins da Antiguidade são os Jardins Suspensos da Babilônia. (MOREAU, K. 2020.).

Muitos dos jardins e pomares mesopotâmicos circundavam palácios e templos, como pode ser observado na reprodução dos famosos jardins suspensos da Babilônia (figura 2) que buscavam aliar funcionalidade e religiosidade (Ibid.). À medida que as transformações sociais e econômicas foram acontecendo, perdeu-se muito dessa concepção e muitas cidades tornaram-se redutos desprovidos quase que totalmente da vegetação existente ali outrora e até mesmo de bosques que as circundavam.

Figura 2: Reprodução idílica do que seriam os jardins suspensos da Babilônia



Fonte: aventurasnahistoria.uol.com.br

Na figura 2, do que seriam os Jardins Suspensos da Babilônia, é interessantes notar que a vegetação não está propriamente ladeando ruas, ou ainda concentrada em espaços únicos como jardins, praças ou bosques, mas distribuídas nas próprias construções dos templos e palácios, fazendo parte do ambiente normal de circulação de pessoas, numa composição contrastante talvez, contudo fornecendo beleza e certo equilíbrio, se pensado do ponto de vista da qualidade de vida e do conforto psicológico que o ambiente produz.

Figura 3: Modelo de Jardim Romano da Era Moderna



Fonte: MOREAU, K. História da arte dos jardins. 06/08/2020.

Entretanto, estes elementos tiveram sua importância resgatada em alguns países e na Idade Moderna surgiram os primeiros jardins botânicos na Europa (figura 3). A criação “desses jardins botânicos tinha por objetivo principal o estudo da flora e da aclimação, bem como o cultivo de plantas úteis” (SILVA, 2014, p. 116). No Brasil, o primeiro Jardim Botânico foi criado pelo Conde Mauricio de Nassau e foi chamado de Parque de Nassau e Horto Zoológico, na Ilha de Antonio Vaz, no século 17, durante a ocupação holandesa. Assim diz ele que

(...) o jardim teve suas obras iniciadas em 1639 e concluídas em julho de 1642. A área fazia parte do plano urbanístico da cidade de Maurícia, edificada ao modo de uma cidade ideal. De acordo com Mesquita (2000), a área do jardim era banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe em sua confluência, e situava-se estrategicamente permitindo descortinar belas paisagens. A memória do jardim manteve-se através de descrições textuais e iconográficas e, hoje, seu sítio constitui-se ainda em um espaço público, a Praça da República, e um espaço privado, o Jardim do Palácio do Campo das Princesas, na cidade do Recife, em Pernambuco. (SILVA, 2014, p. 116).

Outros jardins botânicos foram criados no Brasil somente no século XVIII, sob ordem da Coroa Portuguesa, cujo interesse repousava em conhecer as potencialidades econômicas da vegetação nativa e exótica (Ibid. 2014). Surgem, então, os jardins botânicos do Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros. A criação dos

jardins botânicos visava atender os interesses econômicos, políticos e científicos da Coroa Portuguesa, conforme o autor.

Entretanto, a despeito das motivações por trás da criação dos jardins botânicos e da importação de flora exótica em substituição da nativa, dado o preconceito europeu com nossa vegetação, Silva prossegue afirmando que

(...) um dos marcos na arte paisagística de jardim ocorreu no século 18 com a criação do passeio público do Rio de Janeiro por Valentim da Fonseca e Silva (Mestre Valentim) no ano de 1783, idealizado pelo vice-rei D. Luiz de Vasconcelos. Na visão de Carlos Terra era um jardim traçado nos moldes franceses, “*um jardim de lazer, isto é, um jardim público para servir à população da cidade*”. (TERRA, 2000:42 APUD SILVA, 2014, p. 119, grifo do autor).

Dáí em diante já no século XIX, algumas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro vão adiantar-se no processo de arborização/embelezamento das áreas urbanas, especialmente o Rio de Janeiro pela presença da Corte Portuguesa. Foi, entretanto, a partir de meados do século XX com o advento do Higienismo ou Salubrismo que o processo de ajardinamento ganhou força em virtude do reconhecimento da importância das plantas na malha urbana, era ainda desconhecido ou obscuro em séculos anteriores (Ibid.).

Apesar dessa prática ser “importada” dos países europeus colonizadores, vale ressaltar que os processos de ajardinamento e criação de jardins botânicos restringiam-se exclusivamente às áreas centrais do perímetro urbano privilegiando algumas poucas famílias abastadas. E isso sem grande ou quase nenhuma preocupação com o bem-estar social como um todo.

Esse modelo inicial de cidade, logo daria lugar às cidades industriais que se desenvolveram na Europa com o capitalismo emergente, que não primavam pelo ambiente pré-existente nem no sentido do esteticamente belo nem da importância desses elementos para a saúde de seus habitantes, antes apenas como recursos a serem utilizados e explorados para fins de desenvolvimento econômico e acúmulo de riquezas.

2.3. Capitalismo e Revolução industrial – transformações em ritmo acelerado

Como colocado anteriormente no capitalismo a cidade ganha novos contornos e o processo de industrialização gera um novo dinamismo nas áreas urbanas. A cidade agora torna-se o centro da movimentação fabril e com o passar do tempo o centro financeiro de um sistema que combina produção industrial, agentes financeiros e comércio e serviços.

Com o advento da expansão colonial e do capitalismo que levaram a urbanização para o mundo, seguiram-se outras mudanças internas nos países europeus como por exemplo a evolução da técnica, que definitivamente marcou esse processo com a especialização e aperfeiçoamento de máquinas e instrumentos. Entenda-se por técnica, o que define Moreira (2016 p. 29) em seu livro *A Geografia do Espaço-mundo* quando a define como “o conjunto de hábitos e costumes vindo da/e que medeia a relação homem, natureza no tempo”.

Em virtude desse aperfeiçoamento houve um salto da manufatura para a fábrica, que viria a concentrar a produção a partir dali e promover concorrência aos artesãos que ainda resistiam. Esse melhoramento técnico permitiu produzir mais em menos tempo, o que aliado às mudanças no campo como o fim das terras comuns para pastagens, elevação das taxas de arrendamento e sua consequente transformação em mercadoria, selou em definitivo o trabalho assalariado iniciado alguns anos antes e a migração de pessoas do campo para a cidade (SPÓSITO, 1988).

O processo de industrialização nas cidades contribuiu fortemente para a urbanização, ou seja, a elevação da população residente nas cidades quando comparada com a população geral do país, conforme define Spósito (Ibid.). Esse fato modificou tanto a estrutura física, quanto o próprio modo de vida urbano caracterizado por certa independência das atividades primárias, o trabalho assalariado, reforço do papel produtivo da cidade comandado pelo capitalismo comercial.

Com essas novas definições do modo de vida urbano ocorreram também alterações físico-ambientais como a eliminação indiscriminada dos elementos naturais, sobretudo da vegetação, reduzindo-a drasticamente a pequenas áreas, uma vez que os espaços foram sendo paulatinamente ocupados pela construção de casas, fábricas, lojas e comércios que aí se constituíam.

Assim como nas velhas cidades parisienses citadas por Lefèbvre (2001) o que se vê são muitas fábricas e indústrias nos arredores da cidade, com seu “miolo” geralmente tomado de empreendimentos comerciais do terceiro setor, fontes de capitais disponíveis (bancos), residências dos dirigentes econômicos e políticos, e de mão de obra assalariada. A cidade, hoje, portanto, salvaguarda as diferenças temporais “[...] tal qual a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matéria-prima e mão de obra”. (LEFÈBVRE, 2001 p. 15).

Cresceram, pois as cidades do ponto de vista econômico e populacional, ampliando de forma surpreendente sua complexidade. Surgiram verdadeiras metrópoles, algumas das quais seguidamente passaram a megalópoles. Autores diversos que a estudam declaram ser difícil

determinar um conceito para cidade, haja vista que além de todo o papel econômico, produtivo, social e cultural, a dinâmica desenvolvida envolve um gama de variáveis, sejam elas redes, fixos, fluxos ou implicações socioambientais, e isto porque, a urbanização é um processo contínuo (CORREA, 1989).

Em meio a esse processo constante de mudanças estruturais, sociais e econômicos que é a urbanização, as preocupações ambientais foram ficando de lado e no suporte pré-existente ocorreram transformações dando lugar para o novo, concretado e funcional ambiente urbano, onde os elementos naturais tornaram-se escassos, reprimidos e contidos quando não eliminados. Imagens das primeiras cidades industriais da Inglaterra do final do século XVIII e XIX revelam como eram algumas delas, como pode ser visto nas figuras 4 e 5.

Figura 4: Subúrbios de Londres do século XVIII



Fonte: engenhodahistoria.blogspot.com.

A paisagem antes permeada de verde dos períodos anteriores deu lugar ao amontoado de construções de casas, comércios, lojas, cortiços e guetos acinzentados e sujos pela fumaça das fábricas e das indústrias ocasionando o aparecimento dos primeiros problemas urbanos como: concentração populacional, proliferação de doenças pelo acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto ou jogados diretos nos rios (como ainda acontece em dias atuais), violência e morte.

Figura 5: Rua de um bairro pobre de Londres, século XIX.



Fonte: portaldovestibulando.com

Essa realidade urbana pós revolução industrial levou séculos para ser alterada e enfrentou desafios que ainda hoje persistem, embora em menor escala como o déficit habitacional, problemas de saneamento básico, epidemias e controle da violência. O maior deles, entretanto, aquele que se refere à coexistência sadia e equilibrada com os elementos naturais indispensáveis ao bem-estar das sociedades humanas e até mesmo sua própria sobrevivência permanece em último plano.

2.4. Formação das cidades brasileiras

De acordo com Santos (2005) durante séculos nosso país como um todo foi um país agrário, essencialmente agrícola, tomando (ele) emprestado o termo do Conde Afonso Celso. O Recôncavo Baiano e a Zona da Mata Brasileira foram as pioneiras no processo de urbanização, sendo Salvador, juntamente com Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centro de culturas comerciais que comandaram a primeira rede urbana da Américas.

Com base na obra de Nestor Goulart Reis Filho, sobre os primórdios da urbanização brasileira, Santos (Ibid.) vai afirmar que entre os anos de 1530 a 1720 havia no Brasil cerca de sessenta e três vilas e oito cidades, entre quais figuravam Rio de Janeiro, Filipéia da Paraíba (atual Joao Pessoa), Olinda e São Paulo. Entretanto, foi somente no século XIX que a

urbanização brasileira se desenvolveu mais significativamente, levando ainda mais um século para apresentar as características atuais.

De acordo com ele, a população urbana brasileira pouco se alterou do final do período colonial para o final do século XIX, todavia houve um salto significativo já no século XX quando os índices passaram de 10,7% em 1920 para 31,24% em 1940 (SANTOS, 2005). Um fato interessante mencionado por este autor para essa fase é que aumenta também a população ocupada em serviços, conforme descreve abaixo.

(...). Nesse período, a população ocupada em serviços cresce mais depressa que o total da população economicamente ativa. Enquanto esta aumenta pouco mais de 60%, passando de 9,150 milhões para 14,661 milhões, os ativos do terciário mais que dobram, crescendo quase 130%, pois eram 1,509 milhão em 1920 e são 3,412 milhões em 1940 (VILLELA E SUZIGAN, 1973, p. 94 APUD SANTOS, 2005, p. 25).

Esse dado é importante porque no processo de formação de subcentros, geralmente consequentes da descentralização ou desdobramento das áreas centrais urbanas e seus impactos sobre a morfologia da paisagem, objeto de pesquisa do presente trabalho, o terceiro setor tem fundamental importância, uma vez que nossa hipótese é de que comércios e serviços são basicamente os fundadores desses subcentros visando facilitar o atendimento das necessidades da população quanto a esses segmentos.

No que trata a urbanização brasileira, o referido autor afirma que a partir de 1940-1950 a industrialização, entendida “como processo social, vai comandar essa dinâmica formando um mercado nacional, integrando o território através de esforços de equipamentos e expansão do consumo de diversas formas que, por sua vez estimula a vida de relações” (Ibid., p. 30).

É nos anos de 1940 a 1980 que se inverterá o lugar de residência da população brasileira, passando do campo para a cidade ou do rural para o urbano, com um percentual de 77% da população morando nas cidades em 1980 (Ibid.). Esse processo de urbanização afetou as dimensões políticos, econômicos, socioculturais e ambientais e foi decorrente, entre outros fatores, do processo de desenvolvimento industrial das grandes cidades aliado à mecanização da base técnica da agricultura, conforme aponta Mendes (2005):

(...) uma parte crescente dos produtos agrícolas passou a ser adquirida e processada pelas indústrias e não mais entregue, em sua forma natural, para o mercado. Do outro lado, uma parte das necessidades de consumo da agricultura deixa de ser obtida nos domínios agrícolas. No âmbito urbano, houve desenvolvimento das indústrias processadoras de produtos agrícolas,

das indústrias de bens de capital (maquinários) e insumos (fertilizantes, defensivos químicos etc.) da agricultura. (MENDES, 2005 p. 106).

Essas transformações vão gerar como consequência um intenso êxodo rural que vai sobrecarregar as cidades, não preparadas para receber todo esse contingente populacional, num curto espaço de tempo (DUARTE, 2007). Essas pessoas vão ocupar locais geralmente desprovidos de qualquer infraestrutura ou serviços básicos, na sua maioria áreas de risco como encostas, cabeceiras de drenagem, por exemplo, acarretando problemas de toda ordem, com reflexos sociais, econômicos e ambientais.

Nessa dinâmica a questão ambiental é um dos aspectos menos levado em conta quando se trata do desenvolvimento das cidades. As preocupações com a degradação ambiental só foram ganhar espaço de acordo com Camargo (2003 APUD BEZERRA ET AL, 2009) após as duas grandes guerras e seus efeitos devastadores que atuaram como impulso para a conscientização das sociedades sobre a degradação ambiental e para mudança de posturas no que se refere a apresentar alternativas aos problemas já existentes.

A década de 60 do século XX foi, conforme Bezerra et al (2009), marcada pelas preocupações ecológicas, tendo como fato marcante a criação da primeira ONG ambiental mundial chamada de WWF (*World Wildlife Fund*) em 1961, seguida no ano seguinte pela publicação do livro de Rachel Carson, *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), que denunciava os estragos causados pelo DDT e outros agrotóxicos nos Estados Unidos.

As décadas seguintes trouxeram algum progresso com a criação de órgãos e entidades voltadas para a proteção ambiental como o *Greenpeace* e de leis que regulamentavam a atividade industrial em grande parte dos países, no que se refere à poluição (Ibid.). Surgem também eventos importantes como a Conferência de Estocolmo em 1972 e depois a Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (R. SANTOS, 2004) e só a partir daí essa temática começou a fazer parte do planejamento urbano das cidades, ainda que timidamente.

A dificuldade de conciliar planejamento urbano com gestão ambiental é para muitos estudiosos fruto de séculos de domínio sobre os recursos naturais de uma visão enraizada em nossa herança colonial cuja “ótica dilapidadora comanda o processo de instalação do colonizador, a qual se expressa num padrão extensivo, do ponto de vista dos espaços e intensivo, do ponto de vista do dos recursos naturais e uso do solo” (MORAES, 2005 p. 13).

Outrossim o que se vê nas cidades brasileiras de modo geral, assim como em Catalão, Goiás é uma cobertura vegetal insuficiente do ponto de vista considerado ideal (segundo a

Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, em média 15 m²/hab. – SBAU, 1996 apud HARDER, RIBEIRO E TAVARES, 2006), uma expansão urbana e comercial que sugere não considerar as diferentes áreas e relevos da cidade, ocasionando problemas estruturais e sociais que se refletem na qualidade de vida da população e, acabam por se tornar réplicas em tamanho menor das grandes metrópoles.

2.5 – Cidades médias

No debate acadêmico sobre o que é cidade e como defini-la é difícil encontrar consenso, apesar do esforço teórico de muitos estudiosos do assunto. Por sua diversidade e complexidade de relações ela é tema de debates e discussões antigas (SANTOS, 1959; SOUZA, 2005). Essa dificuldade se torna maior quando surgem termos como cidades grandes ou metrópoles, cidades médias e pequenas. Para adentrar essa questão no que se refere às cidades médias, e em especial sobre Catalão, passaremos por algumas discussões sobre o tema.

Baseados apenas nas nomenclaturas de tamanho (grandes ou metrópoles, médias e pequenas), pode-se inferir aparentemente o que cada cidade é ou significa. Entretanto, o que parece fácil numa análise superficial, complica-se quando nos atentamos aos detalhes. Milton Santos citando René Maunier, diz que o primeiro problema para se chegar a uma conceituação razoável de cidade residia no fato de que “essa definição, em primeiro lugar, deve ser constante, isto é, reencontrar-se em todos os tipos urbanos; e, em segundo lugar deve se reencontrar relativamente imutável”. (SANTOS, 1959, p. 8).

A partir daí e considerando também o caráter de centralidade da cidade, esse autor passa a trazer definições de alguns autores, a começar por Jean Tricart, para quem a cidade é,

(...) antes de tudo, definida por suas funções e por um gênero de vida, ou, mais simplesmente, por uma certa paisagem, que reflete ao mesmo tempo essas funções, esse gênero de vida e os elementos menos visíveis, mas inseparáveis da noção de cidade: passado histórico ou forma de civilização, concepção e mentalidade dos habitantes”. (Ibid., p. 7).

Para Santos (ibid.), Tricart preocupou-se mais em reunir características que a definisse do que propriamente atribuir-lhe um conceito universal. Antes dele, outros autores também intentaram o mesmo propósito, os quais o autor elenca da seguinte forma:

(...) correspondendo à ideia de centralidade, várias definições foram procuradas, com êxito maior ou menor. Citaremos algumas como a de

Sombart (uma aglomeração de homens dependentes dos produtos do trabalho exterior), Ratzel (um centro industrial e comercial), Wagner (pontos de concentração do comércio humano), Sierveking (centro de trocas). (...) Bobeck também define o organismo urbano como “...o centro do tráfego econômico, político, cultural de uma região não bem delimitada e que na sua estrutura mostra um aumento dos seus aspectos característicos da periferia para o centro”. (Ibid., p. 9).

O próprio Santos inicia seu texto trazendo sua própria definição ao dizer que

“ (...) a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado preside às relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência. Paisagem especial ou elemento de coordenação, constitui um fato eminentemente geográfico” (Ibid., 1959, p. 7).

As tentativas, fruto do esforço desses estudiosos, também encontraram resistência e deixaram lacunas a serem preenchidas, mormente porque o organismo urbano, termo usado por Santos, é altamente versátil em algumas regiões e lento e até estático em outras, não conseguindo estes conceitos abarcar a complexidade das cidades e suas “mutações” no decorrer dos séculos, principalmente quando se considera o desenvolvimento tecnológico e sua influência nesse organismo.

Souza (2005) por sua vez corrobora com Santos nessa mesma linha e afirma que Max Weber, em 1921 já elaborava uma “aproximação do conceito de cidade”, ao defini-la como “primordial e essencialmente um local de mercado”. Outro que se empenhou nesse objetivo foi, segundo o mesmo autor, Walter Christaller e seu conceito de localidade central (1933), cuja contribuição, entre outras, foi dizer que

“(...) toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira, ou mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e até de outros países”. (SOUZA, 2005, p. 25).

Diante deste pequeno grupo de estudiosos citados, já se pode deduzir a dificuldade apresentada por Santos e René Maunier, em criar uma definição que abrangesse a complexidade do que é a cidade. Entretanto, isso não foi e nem tem sido impedimento para que elas sejam estudadas desde longa data. No Brasil, Maia (2010) aponta como estudo precursor sobre a temática urbana “O estudo geográfico das cidades de Pierre Monbeig” de 1957, que teria

servido como matriz metodológica e dado ensejo a inúmeras monografias sobre o tema a partir de então.

Esses estudos, porém, inicialmente recaíram sobre as grandes metrópoles e alguns estudos de casos, afirma a autora, mas que foram de suma importância para desenvolver o entendimento sobre as cidades. Após o advento da Geografia Crítica nos anos de 1970, a temática urbana recebeu novo fôlego, dessa vez com análises que usavam o materialismo histórico e dialético como base.

Nessa nova perspectiva as cidades eram estudadas do ponto de vista da produção do espaço urbano, dos agentes produtores desse espaço, das contradições socioespaciais, dos movimentos sociais urbanos e da especulação imobiliária. Mesmo assim, restringiam-se aos grandes centros urbanos, o que só se alterou (IBID), a partir de 1990 com o questionamento se o modelo de análise desenvolvido até ali, poderia ser aplicado em aglomerados de menor porte, como cidades médias e pequenas.

Surgem, então, trabalhos nessa área, com destaque para autoras como Maria Encarnação B. Spósito (1993) e Tânia Maria Fresca (2001) e mais uma enormidade de teses e dissertações sobre as cidades não metropolitanas, tanto na Universidade de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, aponta Maia. As contribuições decorrentes dos trabalhos dessas autoras e de outros que as seguiram descortinaram uma nova leva de indagações, cujas respostas têm sido buscadas desde então.

Portanto, em se tratando de cidades médias e pequenas, persiste a velha e controversa busca por formas de defini-las e de critérios que possam identifica-las no contexto da rede urbana brasileira, haja visto sua diversidade, disparidades e funções econômicas. Usar os termos grande, média e pequena parece não ser suficiente para abarcar sua complexidade, contudo são estes aspectos utilizados nos estudos de redes e hierarquias urbanas, pelas instituições estatísticas (MAIA, 2010).

Dentre os critérios de identificação das cidades médias, destacam-se o territorial e demográfico, isto é, seu tamanho e contingente populacional, seguido de sua relevância regional (MAIA, 2010; VIEIRA, ROMA E MIYAZAKI, 2007). De acordo com estes autores

O primeiro e mais utilizado dos critérios é o demográfico, com parâmetros bastante objetivos, mas que é capaz de identificar apenas o grupo ou faixa em que pode enquadrar as cidades médias. Neste contexto, vale ressaltar que não há uma correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede (...). Um segundo critério que podemos destacar seria a relevância regional destas cidades. Neste caso, analisa-se a forma como as cidades interagem e se inter-relacionam com as outras ao seu redor, com suas

semelhantes e com as metrópoles. Dessa forma, neste critério é fundamental a compreensão da rede urbana. As cidades médias seriam aquelas que estariam num nível em que o oferecimento de serviços, sua produção, sua capacidade de oferecer empregos, etc influenciam o direcionamento dos fluxos que deixam de se dirigir para as metrópoles, estabelecendo-se como centros intermediários. (VIEIRA, ROMA E MIYAZAKI, 2007, p. 136, 137).

Dessa forma, classifica-se como cidades médias em termos populacionais aquelas que têm entre 100 e 500 mil habitantes, apesar de existir algumas divergências sobre esses intervalos, havendo quem assim as denomine aquelas entre 50 e 250 mil (Ibid., 2007). Outro critério elencado pelos autores é a renda per capita média, superior às médias nacionais e o índice de desenvolvimento humano. Segundo afirmam, as cidades médias de modo geral,

(...) constituem-se em localidades potenciais de absorção de empreendimentos, principalmente indústrias e de serviços de novas tecnologias, pois apresentam algum tipo de economia de aglomeração de potenciais. Numa economia em transformação, a partir da disseminação da organização flexível do trabalho, sua capacidade de absorção de investimentos também é relevante. Assim sendo, as cidades médias seriam aqueles centros urbanos de porte médio e distantes das áreas metropolitanas, mas com capacidade atrativa dos investidores em relação às cidades ao seu redor; o que reafirmaria seu destaque regional. (VIEIRA, ROMA E MIYAZAKI, 2007, p. 137).

Esses fatores presentes nas cidades médias contribuem para, por exemplo, a melhora do índice de desenvolvimento humano (IDH) e outros aspectos sociais importantes para a qualidade de vida da população, tornando-as locais atrativos para moradores de grandes metrópoles e cidades pequenas ou semi-rurais¹. Conforme Amorim Filho e Serra (2001) “capturados” pelas notícias de que as cidades médias possuem menor índice de criminalidade, menor tempo de deslocamento para o trabalho, menores índices de poluição atmosférica, alugueis mais baratos e maior oferta de áreas verdes urbanas, o morador das grandes cidades vê-se movido a buscar esses locais para viver.

Por outro lado, a população das cidades pequenas rurais ou semi-rurais, também veem a cidade média como ambiente ideal pela maior oferta de empregos e até subempregos, infraestrutura básica, maior acesso à informação e educação, que possa lhes garantir ascensão material e intelectual, completam os autores. Em suas próprias palavras, eles assim expõem:

¹ De acordo com os autores Amorim Filho e Serra (2001), o termo semi-rural refere-se aos moradores de pequenos municípios, cujas economias estejam basicamente centralizadas no setor primário.

(...) seguindo essa linha especulativa, as cidades médias, sob os dois pontos de vista - no imaginário dos moradores metropolitanos e interioranos - seriam aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar - e até pôr em risco - a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, seriam classificados como médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas. (AMORIM FILHO E SERRA, 2001, p. 1, 2).

Segundo Vieira, Roma e Miyazaki (2007, p. 138), “no entanto, apesar dessas características econômicas e sociais, as cidades médias, como reflexo do próprio País, apresentam uma distribuição de renda desigual, gerando, dessa forma, enormes problemas sociais, refletidos na configuração do espaço urbano”, repetindo a dinâmica das grandes metrópoles e esbarrando nos mesmos desafios daquelas. Isto também se reflete nas questões ambientais, sobretudo no que diz respeito aos centros e subcentros comerciais, desprovidos de arborização adequada e cuja paisagem foi totalmente modificada em sua morfologia inicial.

Para entender, no entanto, como ocorrem essas alterações na morfologia da paisagem urbana atual é necessário retroceder alguns séculos e descortinar como estas eram compreendidas inicialmente nas sociedades, quais os valores, hábitos e simbolismos norteavam as relações com a paisagem, com os recursos naturais no passado e como estes valores foram sendo paulatinamente alterados pela convivência com povos diversos e atendendo a certos interesses, como veremos no capítulo a seguir.

3. PAISAGENS E PAISAGENS URBANAS

Neste tópico abordaremos os conceitos de paisagem e algumas discussões que a englobam no campo teórico para posteriormente adentrarmos na análise das paisagens urbanas que são, em realidade, uma construção da história das sociedades frente ao meio que as abriga. O objetivo é compreender como esses conceitos surgiram e como as questões ligadas à percepção da paisagem, à cultura e os simbolismos que ela representa contribuíram para o entendimento e a relação travada com a mesma.

3.1. A importância da categoria “paisagem” no contexto da pesquisa

É de fundamental importância a categoria paisagem dentro do que essa pesquisa se propõe fazer, haja visto que as formas urbanas que ela adquiriu no decorrer dos séculos envolve entre outros fatores, a grande importância que a remodelagem da mesma, incluindo (ou retomando) de modo mais visível os elementos naturais, tem para a qualidade de vida das sociedades, independentemente de estarem presentes em áreas de lazer ou de comércio e serviços.

Como outras categorias da Geografia (espaço, região, território e lugar), a categoria paisagem não escapou de discussões sobre sua conceituação e métodos de análise, sendo uma das que menos despertou estudos adequados, segundo Bertrand (2004). O mesmo autor também chama a atenção para o fato do termo ser muitas vezes impreciso e usado de acordo com os objetivos de quem a utiliza, acrescentando-lhe somente um qualitativo (paisagem vegetal, antrópica etc.) que restrinja seu sentido. (Ibid.).

Castro (2006, p. 2) relata que a paisagem geográfica foi compreendida graças a influência francesa regionalista do início do século XX, como “capaz de fornecer boa carga de informação sobre a organização social nela compreendida”, mas o desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação, circulação de mercadorias e capitais, “ fez com que a paisagem perdesse seus fundamentos locais para refletir as relações das redes de economia e sua simbologia universalizante”. (YAZIGI, 2002, APUD CASTRO, 2006, p. 2).

Esse autor também diz que após um período de ostracismo que o termo passou em virtude da influência de outras correntes com base no positivismo lógico, a paisagem voltou à discussão pela emergência de uma Nova Geografia Cultural, sendo revestida de novos conteúdos e horizontes explicativos, ao incorporar noções de percepção, representação, imaginário e simbolismo (Ibid.).

A discussão sobre paisagem ressurgiria conforme Holzer (2004) na França nos anos de 1970, sob diversas concepções teóricas, dentre as quais a marxista, que analisava a paisagem como espetáculo; enquanto que os geógrafos influenciados pela Geografia Comportamental Americana a tinha como objeto de uma Geografia das Representações; e na Geografia Cultural, buscava-se valorizar na paisagem, aspectos do mundo vivido.

Ainda conforme este autor a preocupação dos marxistas, especialmente no periódico *Hérodote* comandado por Yves Lacoste, recaía em

[...] revelar as práticas culturais que instauraram a paisagem a partir de três instâncias distintas do espaço: o espaço real, o conhecimento do espaço e espetáculo do espaço. Esta última relacionada com a paisagem, considerada como espetáculo do espaço e não fração do espaço (Ronai, 1976). Espetacularização que reforça a mercantilização da paisagem (Ronai, 1977; Lacoste, 1977). (HOLZER, 2004 p. 56).

Outras discussões sobre paisagem, numa linha mais flexível da Geografia das Representações e da Geografia Cultural seriam realizadas no *L'Espace Géographique*, periódico que recebia contribuições nessa linha. Dentre os teóricos dessa vertente destacavam-se Bailly, Raffestin e Reymond, segundo os quais diz Holzer “a paisagem é um depósito de história, um produto da “prática” entre indivíduos e da realidade material com qual nos confrontamos” (Ibid. p.56), ou ainda

“Nossa paisagem é formada pelas relações entre duas e três dimensões (superfície e volume), entre os indivíduos e o ambiente (vivido e não-vivido), relações caracterizadas pelas propriedades geométricas, topológicas, projetivas, temporais e simbólicas”. (BAILLY, RAFFESTIN E REYMOND, 1980 p. 285 apud HOLZER, 2004, p. 56).

Para eles era necessário discutir se os objetos em questão deviam ser estudados apenas como eram (positivismo) ou levando-se em conta suas forças não observáveis, isto é, suas subjetividades (fenomenologia). Para tanto, diz o autor, seria necessário criar uma metodologia que pudessem considerar as subjetividades pessoais e esclarecer as similaridades existentes criadoras das paisagens.

Outro autor que vai trazer significativa contribuição para o conceito de paisagem é Augustin Berque, para quem a Geografia Cultural era “o estudo do sentido (unitário e global) que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente” (BERQUE, 1984, p. 33 APUD HOLZER, 2004 p. 57). Partindo desse ponto,

Berque vai conceituar paisagem de dois modos: paisagem-marca (*paysage-empreinte*) e paisagem-matriz (*paysage-matrice*) e vai defini-las do seguinte modo:

“[...] a paisagem é uma *marca*, porque exprime uma civilização, mas é também uma *matriz*, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação — isto é, da cultura — que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno.” (Ibid. 57).

Em outros estudos Berque vai aprofundar e desenvolver outros conceitos para paisagem e vai influenciar outros estudiosos, abrindo o leque de interpretações e hipóteses sobre esse termo, graças à forte influência oriental que ele adquiriu ao morar na China durante alguns anos, diz Holzer. Como se pode notar as definições de paisagens até aqui apresentadas caminham para a Geografia Cultural, em uma visão mais humanística, perceptiva e integradora dos elementos da sociedade-natureza, conduzindo a análise para, entre outros pontos, a percepção e a interação da sociedade com o ambiente em redor.

Esses conceitos do ponto de vista cultural divergem da visão marxista trazida no início da discussão, que analisa a paisagem sob a ótica da produção capitalista do espaço, em que a paisagem é um espetáculo fruto da mercantilização dela mesma. Essa posição parte da compreensão de que o capital produz o espaço, principalmente o espaço urbano – a cidade. Nesse mesmo sentido, ainda que não se referindo a paisagem em si, Corrêa (1989) afirma que o espaço urbano é reflexo e condicionante da sociedade.

E isto porque este espaço apresenta-se dividido em áreas residenciais segregadas retratando a estrutura social de classes profundamente desigual, ao mesmo tempo em que estando condicionado por meio das obras humanas, as formas espaciais, perpetuam as condições e as relações de produção (Ibid.) refletindo-se visivelmente na paisagem.

A despeito de toda a discussão que ocorre em torno do conceito de paisagem, nos ateremos aquela que vai de encontro à valorização ambiental e cultural da paisagem, isto é, a que é atribuída por Berque na Geografia Cultural, partindo do pressuposto de que se faz necessário externa-la no ambiente concretado da cidade, isto porque, de acordo com Yi Fu Tuan (2012, p. 162) “as pessoas sonham com lugares ideais” ainda que o lugar ideal varie de acordo com a visão que cada um tem ou não do pós-morte. Mas, em geral, os “paraísos tendem a ser mais parecidos com seus similares terrenos”.

Entretanto, a realidade dos ambientes urbanos onde atualmente a maior parte da população mundial e nacional reside está longe de ser um “paraíso”, pelo menos do ponto de

vista da qualidade de vida. A evolução desses ambientes seguiu pela a lógica do capitalismo e da exploração dos recursos naturais como fonte de enriquecimento e produção de lucro, sob a alegação do desenvolvimento econômico. Este fato gerou cidades altamente modificadas do ponto de vista do ambiente pré-existente, causando prejuízos diversos a médio e longo prazo.

As modificações ambientais causadas pelo crescimento das sociedades urbanas suprimiram quase totalmente os elementos naturais, sobretudo a vegetação, sem levar em consideração seu valor e utilidade para a saúde das pessoas. As paisagens naturais, entendidas em essência, como formadas pela flora e fauna, deram lugar às casas, prédios, indústrias, fábricas, ruas, avenidas, lojas e comércios, alterando literalmente a morfologia do ambiente – agora tido como urbano.

3.2. Paisagem urbana: formas, definições e métodos de análise

A paisagem, seja ela natural ou construída é de fundamental importância para a compreensão das sociedades que nela se desenvolvem ou atuam, mormente no meio urbano. É, pois sobre sua morfologia e transformações a partir do suporte ambiental pré-existente que nos ateremos neste item. Para tanto, buscamos inicialmente abordar alguns estudos existentes sobre paisagem urbana e sobre sua forma e processos de formação, principalmente sobre os que a tratam sob o viés cultural.

Dentre os muitos trabalhos existentes no meio científico geográfico, optamos por aborda-la sob uma perspectiva cultural e temporal, haja visto serem estas duas variáveis consideradas de maior relevância nesta pesquisa. As obras selecionadas inicialmente são de Carl Sauer (1889-1975) e Denis Cosgrove (1948-2008), que apesar de terem vivido e contribuído para o conhecimento geográfico em épocas distintas, apresentam em seus trabalhos diferenças e semelhanças de considerável interesse para a categoria paisagem e para a Geografia Cultural e Histórica (CORRÊA, 2014).

Selecionamos também como base de análise da evolução da paisagem urbana as contribuições de Michael P. Conzen (1907-2000), geógrafo alemão que após imigrar para a Inglaterra desenvolveu seu método de avaliação das transformações ocorridas no ambiente urbano sobre uma visão tripartite, ou seja, no estudo do plano urbano, do tecido urbano e no padrão de uso e ocupação do solo das cidades mercantis de Alnwick e New Castle upon Tyne, no norte da Inglaterra (NETTO, COSTA E LIMA, 2014).

O método desenvolvido por Conzen faz parte das bases conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana e pondera as transformações e as permanências na paisagem urbana e no

tempo avaliando esse processo nos períodos morfológicos, que vem a ser a “síntese dos períodos históricos e evolutivos” (Ibid., p. 32), razão pela qual consideramos de suma relevância sua utilização nessa pesquisa.

Os primeiros dois autores consideravam a paisagem sob o ponto de vista cultural e tinham formulações conceituais baseadas em suas próprias vidas, formação acadêmica e experiências profissionais. Para Carl Sauer, a paisagem era “o conjunto de formas naturais e culturais associadas em área. [...] era uma paisagem cultural. [...] o resultado da ação da cultura, o agente modelador da paisagem natural” (CORRÊA, 2014, p. 41). Sua visão gerou críticas e discordâncias, segundo Corrêa, por ser tecida sobre a morfologia da paisagem na qual forma, função e estrutura são elementos centrais.

A obra de Carl Sauer recebeu influência, no que se refere “a forma” ou a morfologia da paisagem, graças as ideias de Goethe, filósofo alemão para quem “a forma era o ápice da criatividade humana” (SPETH, 1987 APUD CORRÊA, 2014 p. 39) e que foi largamente estudado por ele. Adepto inicialmente do determinismo ambiental, sob a influência de autores como Rolin Salysbury e Ellen Semple, posteriormente o substituiu pelo determinismo cultural, já sob a ótica de Alfred Kroeber que também o influenciou, conforme Correa (Ibid.).

Por esta razão também se faz a importante destacar na obra de Carl Sauer sua conceituação de cultura, que estava estritamente ligada à constituição da paisagem. Segundo ele a cultura era “um conjunto de criações humanas (...) que desempenha papel de determinação podendo ser vista como entidade supraorgânica (...), única e cujo desenvolvimento não é reprodutível” (Ibid., p. 40).

A paisagem, portanto, sob a ótica saueriana como dito anteriormente era um aglomerado de formas naturais e culturais dispostas em uma área que, estando integradas entre si, pelas formas e funções desempenhadas constituíam uma estrutura. E a cultura, entendida como uma entidade desprovida de agentes sociais concretos. As formas das construções (casas, comércios, celeiros e jardins) ou da infraestrutura (caminhos e estradas, reservas naturais) constituíam os elementos da paisagem cultural.

Nessa perspectiva, a paisagem seguia uma certa ordem lógica, quase desprovida de intencionalidade. Sua formação dava-se ocasionalmente, seguindo meramente o fluxo da necessidade social num dado momento histórico e assim se constituía no espaço, através das formas, funções e estruturas. Essa visão, porém, chocava-se fortemente com aquela entendida por Cosgrove, que enxergava a paisagem, não apenas como morfologia, mas principalmente como inserida num “mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo” (Ibid., p.41).

Essas divergências conceituais se notavam em outras áreas como a cultura. Para Denis Cosgrove (1948-2008) conforme Carvalho (2017, p. 88), a cultura “é uma atividade preponderantemente subjetiva e apresenta-se concretamente no âmbito do vivido; definir-lhe um conceito, assim como para a **história** não passava de uma obsessão burguesa europeia” (grifo do autor). Isto porque, para Cosgrove a influência europeia permeou toda a visão de mundo, inclusive e principalmente o próprio conceito e entendimento de paisagem, após o desenvolvimento do Renascentismo, em séculos anteriores.

Essa cosmovisão ideológica europeia, na ótica de Cosgrove tornou “as paisagens detentoras de uma história mais complexa, exigindo uma leitura crítica e dialética, e podem ser desvendadas, como numa espécie de uma arqueologia de fatos justapostos e superpostos através das camadas de sentidos contidos nas suas representações” (CARVALHO, 2017 p. 89). As paisagens, pois, podem ter uma ou “várias histórias” e ser tanto um “ente material” quanto o resultado representativo/simbólico de uma cultura (Ibid.).

Cosgrove enxergava a formação social da América como fruto da expansão mercantilista e renascentista europeia, e por consequência “uma construção material e espiritual oriunda dos valores culturais europeus, logo, terreno propício para a realização econômica e utópica de suas fantasias mítico-religiosas judaico-cristãs pós-medievais (Ibid., p. 92). Com base nessa construção, Cosgrove afirma que a paisagem, entendida a partir dali era uma forma de ver o mundo sob a ótica europeia e seus valores.

(...). A paisagem primeiramente emergiu como um termo, uma ideia, ou melhor, ainda, um modo de ver o mundo no século quinze e em princípios do século dezesseis. Isto foi, e ainda permanece, um termo visual, que surgiu inicialmente no humanismo da Renascença e de seus conceitos particulares e construtivos do espaço. Igualmente a paisagem foi, muito mais do que sua própria história, inserida nessa forma prática de apropriação do espaço. Como nós podemos verificar, foi a partir das conexões dessa nova forma de ver e “mapear” a paisagem que também se formaram e consolidaram-se os novos Estados comerciais, nas mãos de uma burguesia urbana nascente (...). (COSGROVE, 1984, p.46 APUD CARVALHO, 2017 p. 92).

O entendimento de Cosgrove tanto sobre cultura quanto sobre paisagem foi revisado e reformulado graças a influência de outros estudiosos como Ernst Cassirer, Erwin Panofsky e Ernst Gombrich, da Escola de Warburg². Seus trabalhos sobre iconografia e iconologia, principalmente de Gombrich “sobre a teoria do conhecimento ao reconhecer que as iconografias da história da Geografia, como mapas e textos literários são portadores de “camadas” de

² Sobre a Escola ou Instituto Warburg consultar “Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica da paisagem”, de José Luiz de Carvalho, Geograficidade, V. 7, n.2. Inverno de 2017.

mensagens históricas e simbólicas sobre a paisagem” (CARVALHO, 2017 p. 89,90), o influenciaram fortemente, assim também como os de Panofsky.

Isto, porque esses estudiosos tinham que dar aos eventos e relatos históricos representatividade e significação, fosse através de desenhos, elaboradas narrativas ou mesmo contextualizações e interpretações de ambientes nunca vistos, como afirma o supracitado autor:

(...). Era tarefa do iconógrafo medieval-renascentista criar descrições e figurações imagéticas, ou alegorias, de lendas antigas, principalmente greco-romanas, relatos bíblicos e de festas e divindades pagãs; a ele também cabia descrever e representar os sentimentos, ideias, vícios e virtudes humanas e a partir desse seu universo figurativo, composto também de interpretações sacras e profanas, podia auxiliar escritores, poetas e artistas em geral; cujas representações pudessem inspirar reinterpretações do vasto campo da vivência humana e dos sentimentos. (Ibid., p. 90).

Sob a influência dos pressupostos iconográficos e iconológicos trazidos inicialmente por Cesare Ripa, Panofsky desenvolve seu trabalho “Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença”, que apresenta três níveis de temas ou significados para a análise de obras de artes e do simbolismo contido na história da cultura, a saber: o tema primário ou natural (que pode ser: factual ou expressional); secundários ou convencionais e; intrínsecos ou de conteúdo. (Ibid.). Ainda de acordo com este autor o nível dos “intrínsecos ou de conteúdos” representaria

“(...) a análise iconológica propriamente dita e onde as mensagens simbólicas, ou o mundo de valores simbólicos (...) podem ser perscrutados após uma prospecção analítica (...) das camadas de significados apresentadas nas iconografias, para além dos aspectos meramente formais e estilísticos. (Ibid., p. 90).

Dessa forma e sob esta nova perspectiva de análise assimilada de Panofsky, Cosgrove foi impulsionado, inclusive para além dos limites da visão marxista e da pioneira Geografia Radical defendida por ele. Partindo, pois, dos recursos metodológicos da iconografia e iconologia, Cosgrove vê a “necessidade de uma leitura histórico-cultural e simbólica da paisagem” (Ibid., p. 90), em que todo o contexto em que ela está inserida deve ser examinado conjuntamente. Nesse sentido, Carvalho (2017) afirma que

(...). O mundo vivido da cultura na perspectiva de Cosgrove a partir dessas suas reflexões deixa de ser um produto da consciência desimpedida, mas se relança para uma compreensão mais totalizadora, demonstrando como esta se processa como uma rede de imbricações onde estão envolvidos o mundo material e coletivo e a consciência operante; e onde os aspectos simbólicos

podem ser plenamente identificados na construção individual e coletiva e na herança histórica das sociedades (Ibid., p. 91).

Cosgrove passou a defender que qualquer tentativa dialética de compreender a relação sociedade e natureza deveria desviar-se tanto de um idealismo excessivo como de um materialismo marxiano reducionista. É fato que a paisagem sob o ponto de vista de Cosgrove está intimamente relacionada à formação social de uma sociedade em determinada época e suas relações com o passado e o uso dado aos ambientes por ela ocupada. Esse uso atua, pois, como “um indicador dessa rede simbólica de significações e representações (Ibidem, p. 93).

A definição de paisagem entendida a partir da Geografia Cultural de Cosgrove e Sauer, é relevante pois engloba os aspectos formativos da sociedade e seus hábitos e costumes e como eles se refletem no modo de produzir e reproduzir o espaço. Este fato está, portanto, invariavelmente ligado à morfologia da paisagem urbana, que uma vez que o suporte ambiental pré-existente subjugado pelo processo de transformação deixa de ser uma paisagem natural para ser uma paisagem construída, quase nunca respeitando os limites da primeira nem sua importância para a vida social.

As paisagens das cidades apresentam-se como resultado da ocupação humana no decorrer do tempo e de todos os processos ligados a essa ocupação como o expansionismo colonial, a revolução industrial e o desenvolvimento econômico, bem como consequência das mudanças da concepção cultural da “paisagem natural”, sua representatividade e simbolismo para a vida humana, ocasionando problemas de ordem prática que atingem diretamente as sociedades e, devendo por isso ser analisadas mais detidamente.

3.3. Morfologia da Paisagem Urbana

A morfologia urbana ou as formas dadas ao ambiente urbano pelo processo de ocupação e desenvolvimento humano no decorrer dos séculos compõem a paisagem urbana. De acordo com Netto, Costa e Lima (2014) os primeiros estudiosos interessados no estudo da forma urbana foram o geógrafo alemão Michael P. Conzen e o arquiteto italiano Saverio Muratori, cujos trabalhos fazem parte respectivamente da Escola Inglesa e Italiana de Morfologia Urbana.

No contexto desta pesquisa ater-nos-emos às bases conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana desenvolvida por Michael P. Conzen, considerada mais adequada para a análise a que nos propomos. Conzen, conforme Netto, Costa e Lima (2014) desenvolveu seu método de análise da evolução das paisagens urbanas nas cidades de Alnwick e New Castle, na

Inglaterra, cidades mercantis de sua época. O geógrafo alemão baseou sua avaliação numa visão tripartite que considera o plano urbano, o tecido urbano e o padrão de uso e ocupação do solo e das edificações.

O plano urbano representa a lógica de ocupação do território, é a forma de organização do espaço em relação à topografia e às características naturais do sítio. Os agrupamentos de quarteirões com características semelhantes formam manchas que configuram os diferentes **tecidos urbanos**. O tecido urbano, portanto, reflete o **padrão de uso e ocupação** tanto do solo quanto da edificação. O uso determina a forma da edificação e suas dimensões. (NETTO, COSTA E LIMA, 2014 p. 31, grifo nosso).

De acordo com os autores, Conzen pondera a evolução das paisagens urbanas usando como parâmetro as transformações e as permanências, isto é, aquilo que resiste no/do ambiente pré-existente ou inicialmente construído no decorrer dos períodos morfológicos. Esses períodos, tidos pelo geógrafo como de grande relevância, reúnem os períodos evolutivos e históricos, conforme descrevem em seu trabalho.

(...). Os períodos históricos são demarcados por fatos nos quais é possível a delimitação de dados, como reinados, impérios, períodos republicanos. Já os períodos evolutivos, a definição de datas deve ser convencionalizada de acordo com a documentação, fotos, mapas ou qualquer indicio físico que sirva de base para as investigações. Os períodos evolutivos baseiam-se nas inovações introduzidas na paisagem urbana e que traduzem características econômicas, sociais, políticas e culturais de ascensão e declínio de determinadas formas (Ibid., p. 32).

O uso de tal método possibilita a compreensão da evolução da paisagem urbana, asseguram os autores, haja visto ser a transformação um “processo natural” nesses ambientes. Destacam, porém que o foco da análise deve recair sobre as permanências, de forma a preservar seu valor cultural e ambiental. Nesse ponto vale ressaltar que o trabalho usado como base aborda principalmente a importância do patrimônio histórico-cultural das edificações e espaços, por se tratar de um estudo desenvolvidos por arquitetos.

Aqui, entretanto, as permanências consideradas recaem sobre o passivo ambiental pré-existente nas cidades, considerando sua importância para a qualidade de vida da população e por seu valor como patrimônio ambiental fundamental. Isto dito, retoma-se a narrativa no que diz respeito ao ambiente urbano, compreendido como a “composição de diversas camadas históricas, originadas pelo resultado da sucessão dos períodos morfológicos” (NETTO, COSTA E LIMA, 2014 p. 32).

As paisagens urbanas, portanto, são como palimpsestos³, pois à medida em que se sucedem os tempos morfológicos, os vestígios de períodos anteriores podem ser identificados ou não, havendo perda de atributos importantes e fundamentais do ambiente. Esse processo de transformação obedece certa hierarquia das chamadas estruturas formais, iniciando-se nas alterações de uso tanto das edificações quanto do solo, para depois refletir-se nas formas do tipo edílicio, de sua fachada e de sua implantação no lote, transformando as quadras e o tecido urbano (Ibid.)

Como permanências nessas transformações estruturais, sobressaem os elementos do plano urbano (sistema viário, ruas, avenidas) que até sofrem algumas alterações e mudanças de função, mas, substancialmente não se deslocam (Ibid.). Essas permanências identificam as paisagens urbanas como afirmam os autores quando dizem que

(...) a permanência de determinadas características é importante do ponto de vista cultural, identificando o que torna única cada paisagem urbana. Para garantir a continuidade destas características, é importante introduzir o conceito de historicidade, entendido aqui como a manifestação material, no presente, da evolução da paisagem urbana. (Ibid., p. 33).

Apesar do trabalho aqui utilizado (desenvolvido por arquitetos) conduzir a questão da historicidade para o viés arquitetônico, paisagístico dos centros históricos por apresentarem maior número de períodos morfológicos, consideramos o assunto no que se refere às paisagens naturais pré-existentes, haja visto nesse processo histórico de crescimento e desenvolvimento das cidades, serem elas normalmente suprimidas, havendo poucos remanescentes preservados.

Isto porque no plano urbano de uma cidade, isto é, na organização do espaço em relação à topografia e às características naturais da área ocorre normalmente um processo substitutivo de formas, gerando o “apagamento” das formas do ambiente anterior (nesse caso, o ambiente pré-existente), razão pela qual a Escola Inglesa de Morfologia de Conzen propõe a evolução das paisagens urbanas com base em tempos morfológicos pré-estabelecidos que possam identificar essas mudanças e permanências (Ibid.).

O estabelecimento desses tempos morfológicos, entretanto, esbarra na escassez de documentos, fotos, registros, mapas, relatos biográficos e de viagens da constituição da grande maioria das cidades, uma vez que a própria morfologia da paisagem é um assunto ainda pouco

³ Tipo de pergaminho que dada sua escassez tinha o texto original raspado para dar lugar a outro havendo perda significativa de informações anteriores e usado pelos autores em comparação às cidades. NETTO, COSTA E LIMA, 2014 p. 32 Bases conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana.

e recentemente discutido no País, decorrendo daí a importância da ajuda mútua entre história da cidade, urbanismo e morfologia da paisagem (REGO, MENEGUETTI E BELOTO, 2020).

No caso da cidade de Catalão, Goiás e nela o recorte espacial desta pesquisa, a saber o Bairro São João e a Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, buscaremos abordar a questão dos tempos morfológicos a partir de sua constituição como cidade em 20 de agosto de 1859, subdividindo-os em períodos de acordo com o material histórico, documental, registros biográficos, relatos de viagem e fotografias disponível, até o ano de 2019 e reduzindo gradativamente as modificações na paisagem urbana às referidas áreas de estudo.

O objetivo é analisar as mudanças ocorridas na paisagem urbana de Catalão, mormente as que se referem às áreas de estudo, uma vez que aparentemente no ambiente urbano existe pouca permanência dos elementos naturais, em especial a vegetação e isso se revela mais grave nas áreas comerciais e de serviços, perpetuando-se uma prática de eliminação ou supressão desses aspectos paisagísticos elementares.

3.4. Vegetação e ambiente urbano

Vivemos em um país majoritariamente urbano, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Censo 2010 que apontam um percentual de 84,4% (oitenta e quatro por cento) da população brasileira vivendo em áreas urbanas. Esse fato, reflete apenas o que ocorre no mundo de modo geral, uma vez que a população mundial em áreas urbanas atualmente corresponde a 55% (cinquenta e quatro por cento) de acordo com o Relatório “*World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*” (Perspectiva da Urbanização Mundial de 2018) da Organização das Nações Unidas, disponível na internet.

Segundo o mesmo relatório, a previsão é que em 2050 esse percentual chegue aos 66% (sessenta e seis por cento) em virtude do crescimento populacional paulatino, sobretudo na África e Ásia. E é esse mesmo processo que acaba por fazer do surgimento e crescimento das cidades um fenômeno dinâmico e extremamente complexo, uma vez que nela se estabelecem e nela se desenvolvem as relações sociais de moradia, trabalho, consumo, cultura, lazer e também conflito.

O desenvolvimento dessas relações esbarra em obstáculos os mais diversos que vão desde a conformação espacial que privilegia algumas áreas em detrimento de outras, acentuando as desigualdades sociais, econômicas, de lazer, violência e de saúde pública até a supressão quase total dos elementos naturais que acarreta problemas para a população como um todo a médio e longo prazo.

Um dos muitos problemas enfrentados no ambiente das cidades é a dificuldade de conciliação da paisagem construída com os elementos naturais, em especial a vegetação, seja ela de árvores grandes e pequenas ou plantas ornamentais ou mesmo gramados. Poucas são aquelas em que a administração pública primou por investimentos nessas áreas, obtendo com isso um diferencial paisagístico que influencia seguramente o aspecto visual, qualitativo e ambiental dessas cidades com benefícios para a população.

Vários estudos científicos (JOÃO, 1997; ANDRADE, 2001; GOMES E SOARES, 2003; LOBODA E DE ANGELIS, 2005; HARDER E RIBEIRO, 2006; SÁ SILVA, 2016; LEITÃO E BARBOSA, 2017; BUSSOLA, 2018 entre outros) versam sobre a necessidade de preservação, replantio ou conservação (nos locais onde ainda existem) de áreas vegetadas para que problemas como poluição sonora e do ar, alagamentos, ilhas de calor e má qualidade de vida, próprios do meio urbano, possam ser evitados ou minimizados.

Além disso, há exemplos de cidades muito importantes e em países de primeiro mundo, como Nova York, nos Estados Unidos que apesar de ser um centro comercial e de serviços de alto nível conhecido mundialmente, preserva em seu seio um extenso e belo ambiente vegetado, conhecido como Central Park. Outro exemplo mundial é o Hyde Park e St. James's Park em Londres, Inglaterra (BUSSOLA, 2018) cuja beleza, utilidade e localização se encontram em ambiente urbano.

Exemplos como os citados, entre outros de menor conhecimento, são exceção à regra. Os grandes centros urbanos sejam eles internacionais, nacionais, estaduais ou mesmo locais, são caracteristicamente marcados pela completa ou quase total ausência de elementos naturais. A situação piora drasticamente quando analisamos as áreas centrais de comércio e serviços das cidades, que denotam um aparente antagonismo entre as atividades comerciais e os elementos naturais, reproduzindo essa realidade em seus desdobramentos como a formação de subcentros.

3.5. Qualidade de vida na cidade

Quando se fala em qualidade de vida, principalmente nos ambientes urbanos é consenso entre os especialistas a importância dos elementos naturais. Estudos dos mais diversos corroboram para a que se invista tanto na preservação quanto na retomada de ações que favoreçam a presença desses elementos, mormente de vegetação arbórea nos centros urbanos, haja visto todos os benefícios já comprovados para a vida e saúde das populações.

E apesar da ausência/insuficiência desses elementos na grande parte das cidades brasileiras, a situação não é irremediável haja vista que temos em nosso País algumas que se

destacam pelo alto índice de arborização, como Goiânia, capital do estado de Goiás, que segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é apontada nas Características Urbanísticas de Entorno de Domicílios como a cidade mais arborizada do Brasil, estando à frente de Campinas, Belo Horizonte e Porto Alegre, com um índice de 89,5%.

No ranking mundial Goiânia aparece como segunda colocada, ficando atrás de Edmonton, Canadá, naquele ano. Isso pode ser considerado um feito para a capital, mas não o suficiente para o estado ou o país, uma vez que segundo Junqueira & Peetz (2012) e de acordo com os mesmos dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), uma em cada três moradias no Brasil não possui uma árvore próxima a sua fachada, ocasionando um déficit de 15 milhões de árvores, o que representa 32% de residências ou 50 milhões de pessoas sem os benefícios da arborização.

No censo fica demonstrado também que as regiões mais arborizadas do país são Sul e Sudeste com 73,5% e 72,1% de cobertura, respectivamente. A região Centro-Oeste, tem um percentual de 69,5%, um pouco à frente da região Nordeste com seus 61,5%, ocupando uma posição mediana. Na lanterna fica a região Norte com apenas 36,7%. Esses dados demonstram ainda que há cidades brasileiras com desafios maiores que outras, como Manaus, no Amazonas e Belém, no estado do Pará, cuja taxa de arborização foi de 25,1% e 22,4% consecutivamente e isto em plena Floresta Amazônica (JUNQUEIRA E PEETZ, 2012).

A capital federal, Brasília apresentou, segundo o Censo de 2010, uma taxa de arborização de 37,2%, estando a frente apenas de São Luís (32,7%), Manaus e Belém, cujos dados constam acima. O fato chama a atenção em virtude de Brasília, assim como Goiânia ter sido planejada e, apesar de suas amplas áreas gramadas às margens das largas avenidas, entre bairros (entorno dos domicílios considerado pelo Censo) sua taxa de arborização mostrar-se abaixo do desejável.

No ranking dos estados mais arborizados em primeiro lugar está o Mato Grosso do Sul, com 95,67%, seguido pelo Rio Grande do Sul, com uma diferença de 13 pontos, e depois por São Paulo, na terceira posição. O estado de Goiás ocupa a sétima posição (RODRIGUES, 2019). O município de Catalão, aparece na relação de arborização por municípios com uma taxa de 78,8% (IBGE, 2010). A realidade dessa taxa de arborização de Catalão reflete-se principalmente em áreas pontuais e sobretudo destinadas ao lazer, como o Parque Calixto Abraão, Represa Clube do Povo, Matinha do Setor Universitário etc.

Se de modo geral os municípios e as áreas urbanas apresentam índice de arborização deficitário conforme os dados já apresentados, o problema torna-se mais grave quando se

considera as áreas destinadas aos centros comerciais propriamente ditos. A morfologia desses locais é totalmente alterada do ambiente pré-existente para o ambiente construído, sugerindo-se à primeira vista uma completa incompatibilidade entre esses dois aspectos – ambiental e comercial e de serviços. Esse assunto, porém, trataremos em capítulo posterior.

3.6. Alterações Geomorfológicas da Paisagem

Não há como falar em morfologia da paisagem sem mencionar as alterações geomorfológicas relativas aos aspectos formativos do relevo, fruto da ação das forças endógenas e exógenas, ao longo do tempo geológico. Entretanto, quando se considera que essas alterações levam milhares de milhares de anos para ocorrer e que seu processo é, muitas vezes, silencioso e paulatino, salvo aqueles consequentes de fenômenos catastróficos, como os vulcanismos e terremotos (CASSETI, 1991), pode-se afirmar que a intervenção humana acelerou essas mudanças de modo significativo desde o domínio da técnica.

Ao abordar a questão da apropriação privada da natureza sob o sistema capitalista, como relação de negatividade, Caseti (Ibid.) afirma que a relação homem-homem determina como se dá relação homem-meio e, por conseguinte, a questão ambiental encontra-se fundamentada na relação das forças produtivas determinadas pela primeira relação. Também assevera que o agravamento ambiental (os impactos causados) dela advém, haja visto essa relação ser dilapidadora, sobretudo através do processo de industrialização, urbanização e agricultura predatória.

Essa intervenção humana, acontece no “palco ou suporte” que é o estrato geográfico no qual vive o homem, a saber o relevo. Caseti (ibid, p. 34) citando Penteado Orelhana (1981) afirma que o relevo se constitui

"(...) na interface da atmosfera e hidrosfera, que fornece os recursos vitais e a antroposfera é o pátio do desempenho humano para o qual deve ser dirigida a atenção sobre a avaliação dos sistemas de relações. Nessa superfície de contato, o homem agride, corrige e torna economicamente produtivos sistemas naturais que, nas formas originais, eram incapazes de prover as necessidades humanas". (PENTEADO ORELHANA, 1981 APUD CASSETI, 1991 p. 34).

Dessa forma o autor continua dizendo que as ações humanas “têm poder de causar a ruptura climática”, isto é, o equilíbrio entre a exploração biológica e o potencial ecológico, representado pelo relevo. Nesse contexto faz ressalva sobre a importância do estudo do relevo

pela Geomorfologia numa perspectiva da Geografia Global, mormente no que se refere à temática ambiental.

Cassetti define, pois, a Geomorfologia como um ramo principal da Geografia, ainda que pouco difundida e não como uma ciência independente. Apresenta conceitos que ultrapassam o mero "estudo das formas do relevo", haja visto que esse objeto é também estudado por outras ciências como a Geologia, Geodésia, Geofísica e Geografia. Para tanto afirma que tanto a Geomorfologia e a Geografia caminham juntas, principalmente no que se refere às questões ambientais.

"(...). Entendida como uma ciência que busca explicar dinamicamente as transformações do geo-relevo, portanto, não apenas quanto à morfologia (forma) como também à fisiologia (função), incorporado organicamente ao movimento histórico das sociedades, é natural que sua vinculação com a geografia é mais que justificável. Como responsável pelo entendimento das relações do geo-relevo, constitui-se em importante referencial para a manutenção e estruturação dos sistemas físico-naturais diante das transformações sociais, o que justifica a sua função ambiental". (Ibid. p. 36).

Guerra (2018) por sua vez afirma que

“(...) a Geomorfologia é o estudo das formas de relevo, levando em conta os processos formadores, bem como os materiais envolvidos – solo e/ou rocha. Seu conhecimento é fundamental, para que possa ser bem aplicada ao planejamento ambiental, com o objetivo de reduzir, ou evitar as catástrofes que têm assolado várias partes do mundo, geralmente com dezenas, ou centenas de mortes, bem como perda de recursos naturais, muitas vezes de forma irreversível”. (GUERRA, 2018, p.270).

Em artigo que versa sobre a Geomorfologia e políticas públicas, o supracitado autor destaca os efeitos das alterações geomorfológicas nas paisagens físicas e nos processos que ocorrem sobre ela, demonstrando preocupação não apenas no presente, mas sobretudo com o futuro em decorrência de algumas políticas públicas aplicadas ao meio ambiente, haja visto que

(...) muitas atividades podem afetar, indiretamente, as propriedades da superfície terrestre, através de interações com a cobertura vegetal. A propósito disso, Hooke (1988) afirma que os seres humanos vivem, trabalham e têm seu lazer, sobre a superfície terrestre, e tais atividades inevitavelmente produzem mudanças nos ecossistemas terra-água. Dessa forma, os geomorfólogos têm interesse especial nas atividades desenvolvidas pela sociedade, que produzem modificações sobre os processos naturais. (GUERRA, 2018, p. 271).

Dada pois, a importância da Geomorfologia para a compreensão das alterações morfofisiológicas do relevo, no decorrer do tempo geológico, bem como após a intervenção

humana, faz-se necessário uma suscita descrição da geologia de Goiás, e de Catalão, a fim de melhor contextualizar a área de pesquisa. De acordo com dados do Instituto Mauro Borges (IMB), Goiás possui uma área de 340.106 km², sendo o sétimo estado brasileiro em extensão territorial e localização geográfica privilegiada, no Centro-Oeste brasileiro.

O estado é considerado um divisor de águas, por contemplar uma área de dispersão de cursos d'água que compõem duas grandes bacias hidrográficas brasileiras – A Bacia Amazônica ao norte e ao sul, a Bacia Paraná-Uruguai (NASCIMENTO, 1992). Conforme a mesma autora, os principais cursos d'água estão em estreita relação com a estrutura geológica, relacionando-se a com a “imposição orográfica do Maciço Goiano (remobilizado no Proterozóico Superior) e às Faixas Tectônicas Brazilianas (Rio das Mortes e Araguaia vinculados aos dobramentos Paraguai-Araguaia, e os formadores dos Rios Tocantins, pelos dobramentos Brazilianos)” (Ibid., p. 2).

Ela também destaca que a ação morfogenética dos rios participa fundamentalmente para a modelagem do relevo, uma vez que

Evidências disso são as superfícies de aplanamento, caracterizadas como divisores de água, o que demonstra a ação gliptogenética em função dos movimentos epirogênicos pré-cretácicos. O entalhamento dos talwegues por epigenia favoreceu a evolução das vertentes, ficando restos de paleoplanos, testificando aplanamentos terciários. Como consequência desses fenômenos, originaram-se grandes divisores hidrográficos regionais, constituídos pelo maciço goiano (serras do Paranã e dos Pirineus) e Planaltos Sedimentares da Bacia do Paraná (serra do Caiapó) responsáveis pela separação das drenagens em direção das bacias de Tocantins e Platina. Outro divisor aparece como a Serra Geral de Goiás, que divide as águas das bacias do São Francisco das do Tocantins (Ibid., p. 3).

Ao tratar sobre a evolução paleogeográfica goiana, Nascimento (Ibid.) diz que o estado apresenta altimetrias relativamente baixas que variam de 200 a 1.200m, partindo da planície do Bananal às Bacias Platina e Amazônica, abarcando uma grande variedade de aspectos morfológicos, decorrentes de fatores endógenos e exógenos diretos e indiretos que contribuíram na elaboração do relevo em tempos pretéritos e atuais. Como consequência dessa evolução e com base em dados do Projeto RADAM BRASIL, a autora apresenta a seguinte compartimentação morfológica do Estado de Goiás:

Planalto Central Goiano (Planalto do Distrito Federal, Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba, Planalto Rebaixado de Goiânia, Depressões Intermontanas); **Planalto Setentrional da Bacia do Paraná** (Planalto do Caiapônia, Planalto do Rio Verde); **Planalto do Divisor São Francisco/Tocantins** (Patamares do Chapadão); **Depressão do Tocantins**

(Vão do Paranã, Depressão dos rios Maranhão/Santa Tereza); **Depressão do Araguaia** (Depressão do Rio Araguaia, Planície do Bananal). (Ibid., p. 5, 6 grifos nosso).

Com base nessa compartimentação geomorfológica e nos processos pretéritos responsáveis pelas diferentes morfologias dessa área, interessa-nos particularmente a do Planalto Central Goiano, e mais especificamente a subdivisão do Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba na qual se insere o sudeste goiano e o município de Catalão, alvo deste trabalho. De acordo com Silva e Rosa (2019)

O município de Catalão tem a geologia bem diversificada. Situa-se na Faixa Brasileira, que está localizada entre o Cráton São Francisco e os Domínios Goiano e Araí-Natividade, conforme Hasui et al. (2012); está inserida no Sistema Orogênico Tocantins. (SILVA E ROSA, 2019 p. 957).

Ferreira (2003, p. 93) por sua vez acrescenta que Catalão está inserido “sobre rochas Pré-Cambrianas, constituídas por metassedimentos do Grupo Araxá, dobradas e metamorfizadas pelos Ciclos Uruaçu e Brasileiro, configurando-se dentro da Faixa Brasília”. Com base em Klein (1996, apud FERREIRA (Ibid.)) o Grupo Araxá compõe-se rochas gnáissicas, de xistos feldspáticos e micaxistos, com um litologia formada a partir de sedimentos terciários laterítico ferro-aluminoso (Tdl), característica da pedologia da região.

Quanto a geomorfologia, de acordo com Silva e Rosa (2019), Catalão

(...) apresenta as classes de Planaltos e Chapadas Goiás-Minas que, em sua subdivisão dissecação homogênea tabular (Dt), a subdivisão pediplano degradado inumado (Pgi), as Superfícies Aplanadas, com dissecação homogênea convexa (Dc). E o Planalto Central Goiano, em sua subdivisão dissecação estrutural (De). A máxima altitude registrada na área foi de 960m, numa área plana de chapada. Os pontos de maior altitude estão localizados no nordeste do município, representados por coberturas detrítico-lateríticas ferruginosas e Grupo Canastra - Formação Chapada dos Pilões. Nos chamados vales fluviais estão as altitudes mais baixas, que oscilam em torno dos 520-560 metros. O ponto mais baixo de Catalão é a calha do rio Paranaíba, na parte sul do município. (SILVA E ROSA, 2019 p. 957, 958).

Conforme Ferreira (2003, p. 98) com base em Mamede (1999),

Catalão está localizado no Planalto Central Goiano, uma extensa região com compartimentos escalonados e (...) se insere na faixa de dobramentos Brasileiros, constituída de litologias variadas e estruturalmente complexas, dobradas e falhadas que condicionaram a erosão diferencial, associada as posteriores variações climáticas ocorridas durante o Paleogeno, Neogeno e

Quaternário, que atuaram nesse planalto mascarando os níveis de aplainamento.

O Chapadão de Catalão, está localizado na Faixa de Dobramentos Brasileiros de acordo com o Lacerda Filho et al (1999, apud FERREIRA, 2003 p. 93), “constituindo-se num sistema de faixas orogênicas situadas nas bordas do Cráton do São Francisco. Essas faixas e parte das bordas cratônicas se estruturaram com a inversão de bacias marginais durante o Ciclo Brasileiro e são limitadas por expressivas zonas de falhas”.

Este mesmo autor pontua também que no chamado Planalto de Catalão, podem ser constatadas ainda “formas residuais no referido pediplano, como *paleo-inselbergs* individualizados nos Morros da Saudade e das Três Cruzes, na cota de 960 metros” (Ibid. p. 99). De acordo com ele, nessa área os interflúvios

(...) normalmente são relativamente amplos, com baixo índice de dissecação, o que corresponde a uma morfologia suavemente convexizadas ou constituída de vertentes retilinizadas, reafeiçoadas pelos processos agressivos registrados, segundo Cassetti (1989), por ocasião do Pleistoceno sob forma de níveis de pedimentação (rampas pedimentadas parcialmente coluvionadas). (FERREIRA, 2003, p. 99).

De acordo com Pinto Júnior (2017), os inselbergs são afloramentos rochosos que se formam abruptamente acima das planícies que os circundam e apresentam características edáficas e microclimáticas extremas, com uma flora diversa e geralmente endêmica, destacando-se mundialmente ao lado de vegetações rupícolas como de Madagáscar e do leste da Austrália. São também conhecidos como “Morros Testemunhos ou Residuais”, devido à sua resistência litológica, constituída ao longo do tempo geológico. (LIMA ET AL, 2009).

Um desses paleo-inselbergs ou residuais, presentes no Chapadão de Catalão, o Morro da Saudade ou Morrinho do São João, como é popularmente conhecido, localiza-se no Bairro São João, área de estudo desse trabalho e sobre ele recai nossa atenção a partir desse momento, haja visto ser um dos principais pontos do bairro, em cujo topo e encosta foram se ampliando as mudanças estruturais urbanas.

Alteração morfológicas causadas pela ação humana já vinham ocorrendo, desde que o município ainda era um simples arraial fundado por um dos bandeirantes chefiados por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, em 1722, segundo os relatos históricos mencionados por Cornélio Ramos (1984), mas somente tidos como verídicos a partir de 1810, conforme este mesmo autor.

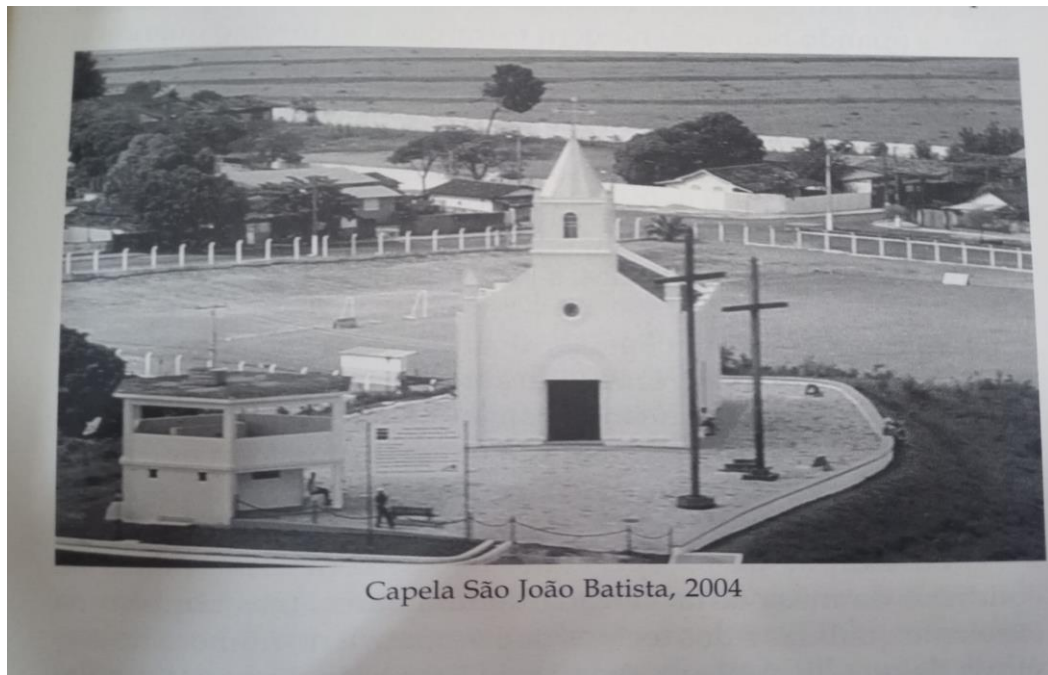
Na fotografia do Morro da Saudade, de 1931 é possível notar (apesar da qualidade ruim) que algumas obras já haviam sido ali executadas tanto no topo quanto ao seu redor, no processo de construção da primeira Capela em homenagem a São João. Em seguida vemos, de outro ângulo, em imagem de 2004, as mudanças ocorridas na morfologia da paisagem no período de 73 anos. Percebe-se ali, as grandes perdas de vegetação do topo e das encostas e também a nova configuração do local, com bairros já bem estruturados ao redor e ao fundo e própria capelinha reformada e com estrutura bem diferente de primeira, revelando que as construções também refletem o momento de cada sociedade, inclusive na arquitetura de suas edificações.

Figura 6: Primeira Capela de São João Batista no Bairro São João, Catalão – GO.



Fonte: Jornal da Fundação Cultural Maria das Dores Campos. Ano 6, nº 48 Edição de aniversário. 2005. Biblioteca Pública Municipal de Catalão. Catalão - GO.

Figura 7: Capela de São João, no Morro da Saudade em 2004 em Catalão, GO



Fonte: Livro 1810: das terras da Mãe de Deus a Catalão, 2008.

Na figura 8, retirada do livro 1810: das terras da Mãe de Deus a Catalão, de Edson Democh, de 2008 pode-se ter noção pela ilustração do que era o Arraial de Catalão nesse período, com suas primeiras habitações e o que seria um dos morros testemunhos ao fundo, não identificado pelo referido autor, mas presente na paisagem. Cornélio Ramos afirma que os bandeirantes “se orientavam pela elevação dos montes, entre os quais destacava-se o nosso Morro de São João e ao passarem por aqui detiveram-se no local conhecido até hoje por Córrego do Almoço, próximo ao ribeirão Pirapitinga, onde o “Catalão” construiu o seu “Sítio”. (RAMOS, 1984, p. 23).

Figura 8: Gravura do Arraial de Catalão - GO de 1810 a 1820



Fonte: Gravura retirada do livro - 1810: das terras da Mãe de Deus a Catalão, 2008.
Biblioteca Pública Municipal de Catalão - GO.

Mas, retornando à discussão após este breve momento histórico, é válido pontuar que as transformações anteriores à intervenção humana na formação e constituição do modelado terrestre eram gradativas e quase imperceptíveis num curto espaço de tempo, salvo aqueles considerados fenômenos catastróficos como terremotos e vulcanismos, conforme Casseti (1991). A dinâmica que as regia seguia um curso próprio e milhares de anos para consolidá-las. Alguns fatores, no entanto, como as influências climáticas eram determinantes nesses processos.

Consideradas fundamentais na constituição do relevo, as alterações climáticas atuais ou pretéritas, executam papel preponderante como força exógena nas feições do modelado terrestre. Nesse sentido, Casseti destaca a importância do paleoclima por ser ele “o grande responsável pela dinâmica processual, desde a elaboração pedogenética (componente perpendicular), comandada pelos intemperismos químicos, principalmente, até a ação erosional (componente paralelo), representada pelos agentes de meteorização (...).” (Ibid. p.70).

Portanto, tomando as alterações climáticas e suas influências e elegendo a vertente, como “elemento dominante do relevo (...) e categoria central da estruturação de pensamento (...) cujo processo evolutivo é determinado pelos processos morfogenéticos, ou seja, pelos

fatores exógenos, além, evidentemente, das intervenções produzidas pelo homem" (Ibid., p. 54), Casseti afirma que as atividades humanas de modo geral se interessam pela evolução das vertentes, uma vez que ela comanda, por exemplo "a perenidade - direta e indireta - dos cursos d'água, pela ação geomorfológica" (p.55). Em suas próprias palavras

(...) ao procurar se abordar as derivações ambientais processados pelo homem, deve entender que tudo começa com a necessidade de ele ocupar determinada área, que se evidencia pelo relevo, ou mais especificamente, individualiza-se pelo elemento do relevo genericamente definido por vertente. Assim, a ocupação de determinada vertente ou parcela do relevo, seja como suporte ou mesmo recurso, conseqüentemente responde por transformações do estado primitivo, envolvendo desmatamento, cortes e demais atividades que provocam as alterações da exploração biológica e se refletem diretamente no potencial ecológico. (CASSETI, 1991 p. 33).

Daí esse autor afirmar que a partir da influência do homem na primeira natureza, a evolução do relevo agravou-se de modo incontestado, tornando-se sensível à escala de tempo histórica e não mais geológica como antes. Portanto, apesar de todos os processos químicos, físicos e climáticos que o formaram e o foram esculpindo paulatinamente no decorrer do tempo geológico, interessa-nos mais a partir daqui aqueles que passaram a ocorrer após a presença humana e seus conseqüentes impactos ambientais às sociedades nele inseridas.

E, em especial nas cidades, por serem nelas, que independentemente do tamanho ou da população ocorrem as mais significativas alterações no relevo e, por conseguinte na paisagem que é transformada ou adaptada às novas necessidades existentes ou criadas. Sobre este ponto nos atermos mais detalhadamente no capítulo seguinte que abordará essa questão tomando como base Catalão, cuja importância e poder econômico destaca-se em sua Microrregião como cidade média, polarizando outras em seu entorno.

4. CATALÃO - CIDADE MÉDIA, ÁREA CENTRAL E FORMAÇÃO DE SUBCENTROS

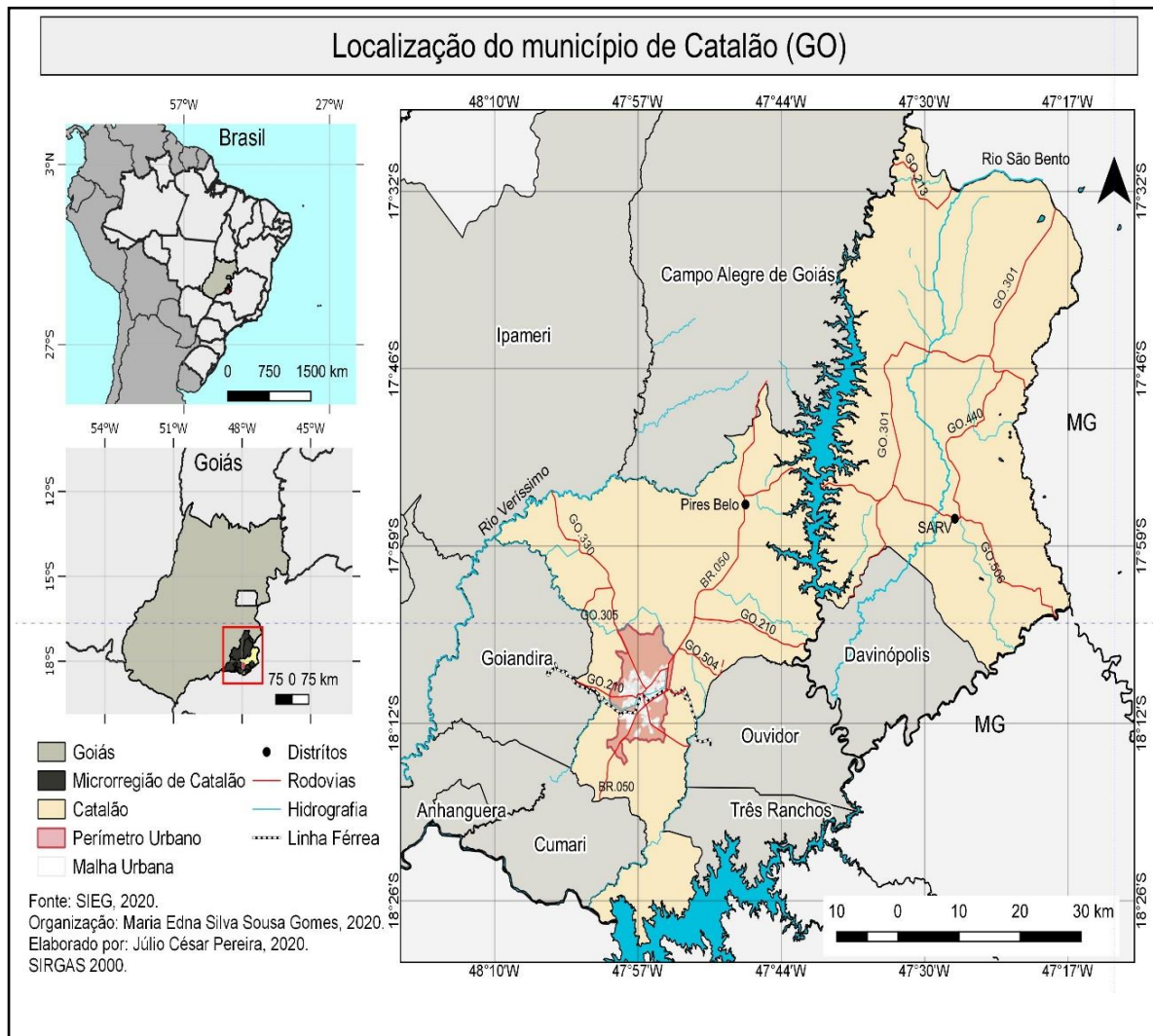
O município de Catalão (figura 9), está localizado no sudeste do estado de Goiás, a aproximadamente 258 quilômetros da capital estadual Goiânia. Possui área de aproximadamente 3.778 km² e dá nome ao distrito sede do município e à Microrregião de Catalão, formada pelos municípios, Ipameri, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera e Corumbaíba, de acordo com dados do Instituto Mauro Borges - IMB (2016). No Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população era de 86.647 habitantes, mas a estimativa em 2020 foi de 110.983.

Ainda conforme dados do IBGE o PIB (produto interno bruto) per capita de Catalão em 2018, foi de 57.291,37 e seu Índice de Desenvolvimento Humano, em 2010 era 766, estando entre os três melhores do estado. O município figura em termos de PIB na 5ª posição no ranking do estado e na 181ª do país. Conforme a Série Painéis Municipais de 2016 do Instituto Mauro Borges, a economia catalana destaca-se entre as maiores em todos os setores da economia goiana, baseando-se numa “indústria forte, um setor de serviços e comércios bastante desenvolvidos, agropecuária produtiva e, a maior reserva mineral do estado de Goiás”. (PAINÉIS IMB CATALÃO, 2016, p. 02).

Entre os minérios explorados no município estão os de maior monta como o nióbio, o fosfato e as argilas, mas existem outros como o diamante, explorado desde o século XIX, a Brita (Basalto), Vermiculita, Tório, Urânio e terras raras (Lantânio, Cério, Praseodímio, Neodímio, Samário, Európio, Gadolínio, Érbio, Ítrio, Itérbio, Lutécio e Térbio). O município também é grande produtor de soja, milho, trigo, arroz, café, mandioca e palmito de Goiás, segundo a fonte já citada.

As principais empresas instaladas em Catalão são montadoras de veículos, automóveis, de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como empresas mineradoras como o Grupo Anglo América, Vale e Goiás Fértil, Maqnelson Agrícola, John Deere, Mitsubishi Motors, entre outras. Também possui expressiva indústria de vestuário, representado principalmente pelo setor de moda íntima. Em relação ao comércio exterior, no ano de 2016 foi responsável por cerca de 22% de todas as importações do estado, sendo os maiores percentuais em produtos automobilísticos e adubos, com 62% e 17%, respectivamente. (PAINÉIS IMB CATALÃO, 2016, p. 02).

Figura 9 – Mapa de localização do Município de Catalão - GO



Fonte: SIEG, 2020. Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2020.
Elaborado por PEREIRA, Júlio César, 2020. SIRGAS, 2000.

Considerando os critérios adotados pelos estudiosos sobre cidades médias no que se refere ao contingente populacional, área de atuação regional e renda per capita média, pode-se afirmar que Catalão se enquadra perfeitamente nesse perfil, uma vez que possui contingente populacional dentro dos critérios (acima de cem mil pessoas), polariza as cidades de sua região imediata, apresenta economia diversificada e em constante transformação, atraindo migrantes de várias partes do país e da própria região.

O município experimentou um crescimento populacional bastante expressivo nos últimos quarenta anos do século XX decorrente da expansão capitalista no campo, através da Marcha para o Oeste do Governo de Getúlio Vargas, resultado de políticas públicas e arranjos institucionais promovidas com o intuito de facilitar a ação do capital nos vários setores da vida

nacional, de acordo com Bueno (2006) e, por conseguinte, uma grande ampliação da área urbana.

Esses arranjos institucionais seguidos da vinda de grandes empresas multinacionais como a Mineradora Anglo América, Mitsubishi Motors, John Deere alavancaram mais ainda a economia do Município, graças às ousadas concessões fiscais concedidas pelo estado de Goiás a esses empreendimentos (SILVA, 2003), tornando-o atrativo para migrantes de várias partes do País em busca de empregos e melhores condições de vida, o que contribuiu com a elevação de sua população.

O aumento no número de habitantes assim como a chegada dessas empresas e de outras ligadas ao agronegócio, foram gradativamente ampliando a malha urbana de Catalão, redundando em desmatamentos que dessem lugar aos novos empreendimentos e moradores, ao ponto de, inclusive, atingir as áreas de proteção determinadas por lei, como as margens de rios e cabeceiras de drenagem (AQUINO, 2018). Essa expansão, no entanto, deveria ser acompanhada de acordo com a legislação, de um planejamento urbano que considerasse as características físicas-morfológicas e os elementos naturais importantes para a qualidade de vida da população.

Contudo, Catalão seguiu o mesmo padrão de muitas cidades da Região Centro-Oeste e do Brasil como um todo, no processo de urbanização (rápido e desordenado) e isso por vários fatores, entre eles quiçá em virtude da herança deixada pela Marcha para o Oeste, as práticas comuns do próprio sistema capitalista através de nossos colonizadores e sua influência sobre nosso país desde seu “descobrimento” e a posteriori.

Isto significa dizer que as práticas de apropriação e exploração capitalistas foram implantadas e perpetuadas desde então em todo o processo de desenvolvimento econômico, urbano e social. As cidades são, conseqüentemente, reflexo e fruto dessas imposições, haja visto muitas delas, inclusive, terem significativas semelhanças com grandes metrópoles internacionais, sobretudo no que se refere aos grandes centros comerciais.

Nesse ponto reside a questão levantada inicialmente neste trabalho e que motivou a presente pesquisa - a produção/reprodução do espaço urbano das cidades, como cópias de um desenvolvimento que ignorou ou desprezou a importância dos elementos naturais nas cidades suprimindo-os quase que totalmente e que só recentemente (do ponto de vista histórico) passou a ser objeto de discussão e preocupação entre estudiosos, especialistas e gestores públicos, sobretudo no que se refere à coexistência desses com os ambientes centrais e subcentrais.

Como visto anteriormente no início deste capítulo, a cidade é definida pelos estudiosos citados como sendo e/ou estando atrelada invariavelmente ao desenvolvimento do comércio e

serviços, isso desde o período industrial, sendo este, inclusive, seu mais forte fator de formação. As cidades, com todo o seu moderno aparato industrial e comercial passou a polarizar sua circunvizinhança e a atrair pessoas de todos os lugares, tomando uma posição de centralidade nunca vista.

Essa posição central ocupada pela cidade no contexto dos lugares obedece ao que Christaller (1933) chama de teoria dos lugares centrais, conforme Bradford e Kent (1987). Segundo estes autores, a teoria formulada por Christaller, partia de um conjunto de pressupostos e princípios de que havia um padrão, uma ordem de povoamento. Nas palavras destes autores “a abordagem de Christaller incorporou parte desta tradição ao classificar as povoações de acordo com suas funções e ao examinar as suas relações entre elas e suas áreas de influência”. (Ibid., 1987, p. 17). Os pressupostos utilizados por Christaller, listados pelos autores supracitados são:

- 1) há uma planície uniforme e sem limites na qual há igual facilidade de transporte em todas as direções e predominância de um tipo de transporte e cujos custos são proporcionais à distância; 2) a população está distribuída por toda a área; 3) os lugares centrais (povoações) estão localizados nessas superfícies para fornecer bens, serviços e funções administrativas à sua área de influência; 4) os consumidores deslocam-se ao lugar central mais próximo que forneça a função que eles procuram, minimizando a distância a percorrer; 5) os fornecedores destas funções agem como homens econômicos, isto é, tem o objetivo de maximizar os lucros, localizando-se na planície de modo a obter o maior mercado possível; 6) os fornecedores localizar-se-ão tão longe quanto possível uns dos outros, de forma a maximizar as suas áreas de mercado, mas de maneira que nenhum consumidor fique a uma distância maior em relação à dada função, do que aquela que está disposto a recorrer. Lugares centrais que oferecem muitas funções são chamados de centros de ordem superior. Outros que oferecem menor número de funções são chamados de centros de ordem inferior; 7) pressupõe-se que os centros de ordem superior fornecem certas funções (funções de ordem superior) que não são fornecidas pelos centros de ordem inferior. Fornecem também todas as funções (funções de ordem inferior) que são fornecidas pelos centros de ordem mais baixas que as dele; 8) todos os consumidores têm o mesmo rendimento e a mesma procura de bens e serviços. (BRADFORD E KENT, 1987, p. 18,19).

Com base na teoria de Christaller, guardadas as devidas proporções e particularidades da cidade moderna, pode-se afirmar que de modo geral, esses pressupostos encontram-se presentes na modernidade. Entretanto, conforme Bradford e Kent (Ibid.) havia dois conceitos implícitos na teoria de Christaller a serem considerados – “o alcance ou raio de ação de um bem e o limiar mínimo de um bem”. (Ibid., 1987, p. 19). Eles demonstram o conceito de raio de ação de um bem, através de um exemplo:

“(…) a procura de um bem dependerá do seu preço. Se o preço aumenta, a procura diminui. Christaller pressupõe que todos os consumidores dispunham do mesmo dinheiro para comprar um dado bem (pressuposto 8). Assim, um consumidor que tenha que se deslocar a um lugar central para adquirir um bem terá menos dinheiro disponível do que um que viva no lugar central, porque tem de pagar o custo do transporte. Ficará, assim, sujeito a comprar menos. Este *efeito de fricção* da distância, causado pelo custo do transporte (pressuposto 1) provoca o decréscimo da procura com a distância ao lugar central”. (Ibid., p. 19, grifo dos autores).

Para esse mesmo bem existe também “uma procura mínima ou dimensão de mercado necessária para a venda lucrativa do bem” (limiar mínimo) (Ibid., p.20), isto é, um número mínimo de consumidores de um bem ou serviço que permita ao comerciante que oferece tal função garantir as condições necessárias para manter seu negócio (aluguel, equipamentos, funcionários). A falta desse limiar mínimo causa prejuízo e a expansão dele gera lucro.

A exposição dessas informações tem o intuito de contextualizar como as relações comerciais são complexas e tiveram sua formação histórica a partir da oferta e demanda por mercadorias, como já mencionado no corpo desse trabalho, e como as cidades se tornaram lugares centrais e dentro delas, foram eleitas áreas comerciais centrais que polarizam sua adjacência, havendo na atualidade fenômenos outros, destes decorrentes, como a descentralização e a formação de subcentros (centros de ordem inferior) que atendam a demanda da população.

4.1 Área Central e seus desdobramentos

Nosso interesse a partir deste ponto recai no fato de que, em conformidade com Reis (2007), a teoria dos lugares centrais de Christaller deu ensejo a outras teorias e discussões, principalmente a partir dos anos de 1970 e 1980, quando começou a ser problematizado nas cidades a questão da descentralização das áreas comerciais centrais das grandes metrópoles, sobretudo americanas e da “profunda reestruturação que, desde então, se delineou na conformação de um novo padrão de distribuição das atividades econômicas tipicamente centrais na organização interna da metrópole moderna” (REIS, 2007, p. 6).

Com base nessa reestruturação econômica, afirma Reis, estudiosos identificaram o fenômeno conhecido como “cidade-policêntrica (*polycentricity* ou *polycentric city*) ou metrópole-policêntrica (*polycentric metropolis*)” (Ibid., p. 7) e dentro dela, o *Central Business*

District (CBD). O desdobramento desse CBD⁴ conforme o autor reitera, está estritamente relacionado ao “processo de descentralização como fator de estruturação da organização interna da cidade capitalista das últimas décadas do século XX, no bojo da formação da metrópole policêntrica.” (ibid., p. 7).

Entendendo, pois, que essa reestruturação se repete na organização de cidades médias, como um modelo que é “copiado”, seguiremos essa linha de raciocínio e explanação, especialmente no que se refere aos esclarecimentos teóricos do que sejam as variáveis: área central, CBD, descentralização e desdobramento, considerados essenciais para nossa pesquisa.

O conceito de Área Central designa o centro da moderna cidade capitalista, cuja formação se dá através de sua segmentação em dois setores, quais sejam, o CBD e a Zona Periférica do Centro. O conceito de CBD designa, portanto, uma parte da Área Central e não toda a Área Central. O CBD e a Zona Periférica do Centro desempenham funções específicas na organização interna da cidade capitalista e, para tanto, são dotados de estruturas funcionais bastante diferenciadas. (ibid., p. 9).

O CBD, corresponderia ao “núcleo da área central ou a área de maior acessibilidade do espaço urbano”, conforme Alves e Ribeiro Filho (2014). Foi Malcolm Proudfoot (1930) que cunhou o termo CBD, em seu estudo sobre a estrutura comercial varejista no processo de descentralização da cidade moderna, segundo os autores. Ele classificou e caracterizou essa estrutura em cinco tipologias:

(...) *Central Business Center District* (Distrito Central de Negócios); *Outlying Business Center* (Centro Periférico de Negócios); *Principal Business Thoroughfare* (Eixo Principal de Comércio); *Neighborhood Business Street* (Rua de comércio de Bairro); *Isolated Store Cluster* (Grupamento Isolado de Lojas). ” (ALVES E RIBEIRO FILHO, 2014, p.76).

A eleição de uma área central nas cidades, assim como sua conformação espacial é fruto do que Corrêa chama da força dos agentes produtores do espaço urbano a saber: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e de construção e o Estado (CORRÊA, 2004, p. 12), cada um com sua própria estratégia, mas respeitando os interesses em comum. Os grupos sociais excluídos, também inclusos na

⁴ De acordo com Reis (2007, p. 7) o desdobramento do *Central Business District* é um fenômeno característico da metrópole policêntrica e manifesta-se na paisagem urbana metropolitana através do surgimento de um setor da (CBD).

formação do espaço urbano, tem menor (ou nenhum) poder de decisão, geralmente sendo relegados às periferias desses espaços.

Quanto à descentralização, retomando o que dizem Alves e Ribeiro Filho (2014), não é um fenômeno recente e teve os primeiros estudos sobre o tema desenvolvidos pelo geógrafo Charles Colby, em 1930, sendo descrita pelos mesmos como

(...) consequência da excessiva centralidade da área central, que gera as deseconomias de aglomeração, combinada dentre outros fatores, com o crescimento demográfico e espacial da cidade e com o desenvolvimento tecnológico e econômico. Esse processo pode ocorrer de maneira planejada ou espontânea, acarretando na concretização do processo de reestruturação urbana a partir da emergência das novas centralidades, que, por conseguinte será materializado em modificações da estrutura intraurbana, que passará à forma poli(multi)cêntrica, ou seja, **com várias centralidades e padrões de deslocamentos em função da presença de vários centros com conteúdo diferenciados**, conforme destacado por autores como Sposito (2008), Silva (2006), entre outros. (ALVES E RIBEIRO FILHO, 2014, p.75, grifo nosso).

O processo de descentralização enseja a formação de áreas menores de comércio e serviços ou de subcentros comerciais que tendem normalmente a atender as demandas da população de áreas mais distantes/periféricas, formando, porém, novas centralidades ou desdobramentos dos espaços urbanos centrais. Reis (2007, p. 24), assim o define:

(...) o desdobramento do CBD constitui uma modalidade específica de descentralização, que se manifesta no bojo de uma nova forma de estruturação interna da cidade capitalista das últimas décadas do século XX, denominada no debate teórico mais recente sob a noção de metrópole-policêntrica (...) por manifestar, em um setor da cidade afastado da Área Central, a reprodução de atributos considerados típicos do núcleo da Área Central, o CBD.

De acordo com Alves e Ribeiro Filho, com base em Colby (1958) e Corrêa (1995), a descentralização e desdobramentos das áreas centrais ocorre em virtude de fatores ligados ao uso e ocupação do solo, dentre os quais destacam-se:

(...) o aumento do preço da terra, impostos e aluguéis; os congestionamentos e altos custos dos sistemas de transporte e comunicação; a redução de espaços para a expansão; o aumento das restrições legais e as perdas de amenidades; e dentre os elementos atrativos nas áreas não centrais: a existência de terras não ocupadas e com menor preço; presenças de infraestrutura e de transportes; fatores atrativos naturais – relevo, controle no uso do solo; possibilidade de controle do uso da terra, amenidades físicas e sociais e “*threshold*” ou mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada. (ALVES E RIBEIRO FILHO, 2014, p. 75).

Dessa forma, podemos compreender que tanto a eleição das cidades dentro do espaço geográfico – como centralidades - quanto as áreas urbanas centrais (administrativas ou de comércio e serviços) dentro das cidades, são reproduções que ocorrem em virtude de um processo contínuo atrelado invariavelmente ao desenvolvimento das economias sob o capitalismo. A escolha dos lugares centrais, repete-se em escalas que normalmente partem do maior para o menor, ou seja, vem das metrópoles para as cidades médias e tende a ir destas para as pequenas.

Do mesmo modo reproduz-se no interior das cidades, indo das áreas centrais para os subcentros imediatos e destes, conseqüentemente para áreas periféricas mais distantes. Isto já ocorre, sobretudo, no que se refere à especulação imobiliária de moradias de luxo e ou de baixa renda, dependendo da situação e das áreas em questão. Dentro desse contexto de produção e reprodução do espaço urbano, há, no entanto, um aspecto constantemente negligenciado, seja nas grandes, médias ou pequenas cidades – a questão ambiental. E aqui retomamos este assunto.

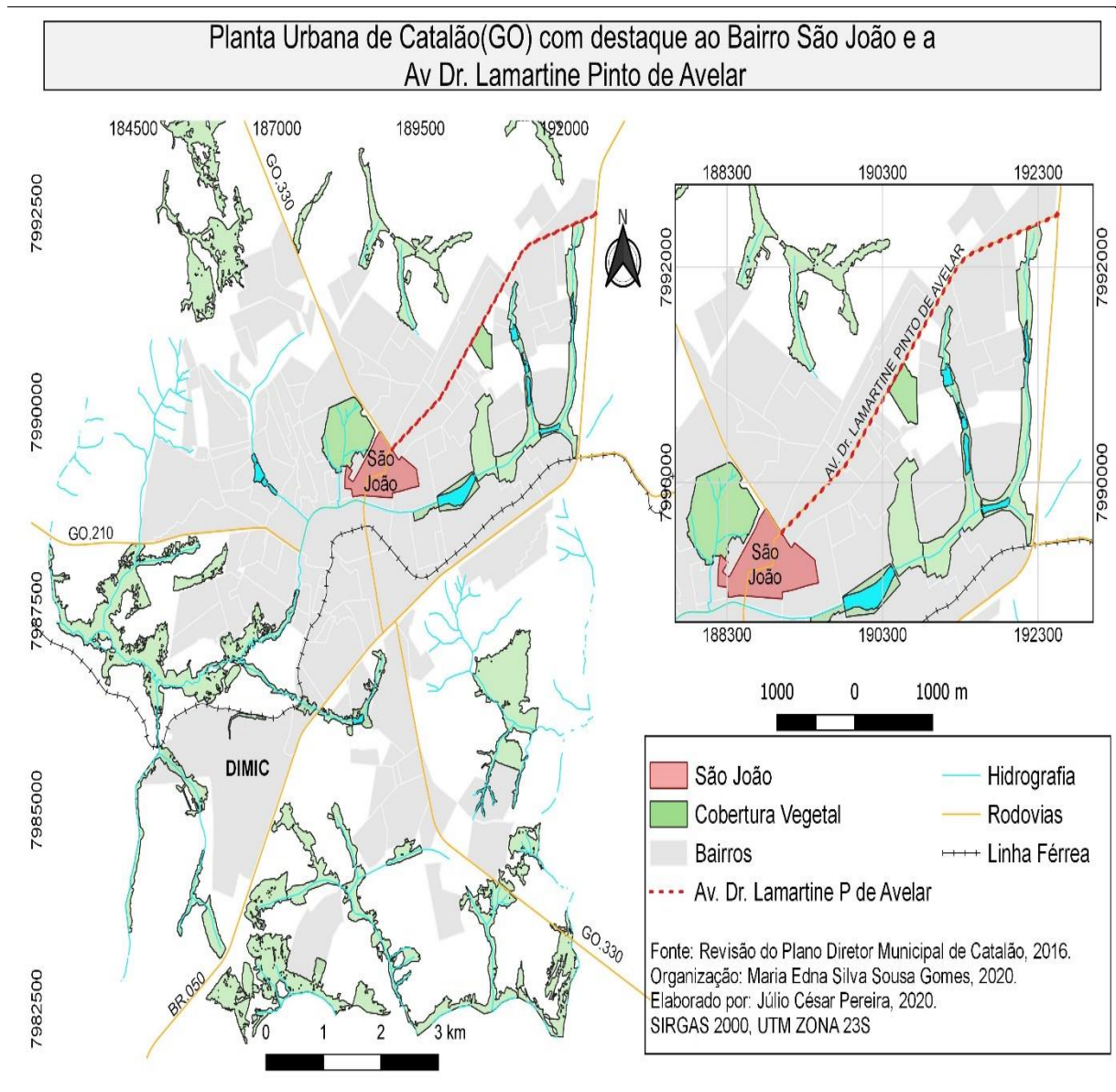
4.2 Os subcentros comerciais

Em Catalão, o processo de desdobramento de áreas centrais já vem ocorrendo há algum tempo e da mesma forma que ocorre em outras cidades, a questão ambiental ou a supressão dos elementos naturais desses ambientes é pratica comum, interferindo diretamente tanto na morfologia da paisagem quanto na qualidade de vida da população. Na área de estudo escolhida como objeto dessa pesquisa, o Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, considerados sob os critérios que os define, como subcentros, observa-se claramente a mesma dinâmica.

Como já mencionado, os subcentros são fruto dos desdobramentos das áreas centrais e como tais apresentam características similares aos CBD, em escala menor. Entre essas características, estão algumas que os define. De acordo com Duarte (1974 apud SOUZA; RIBEIRO FILHO, 2009 p. 3,4), os subcentros são assim considerados, quando apresentam “multiplicidade de funções e coexistência de algumas atividades como comércio múltiplo e especializado, serviços financeiros, profissionais liberais, lazer, transporte e comunicação”.

O Bairro São João, bem como a Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar (figura 9), enquadra-se nos critérios elencados por estes autores, uma vez que um é basicamente a extensão do outro, e ambos ofertam uma variedade de comércios e serviços similar à área central da cidade.

Figura 10: Planta Urbana de Catalão – GO, com destaque ao Bairro São João e Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar



Fonte: Org.: GOMES, Maria Edna S. de S., 2020. Elab. por: PEREIRA Júlio César, 2020. SIRGAS 2000. UTM ZONA 238.

4.2.1 Bairro São João

O Bairro São João, abriga em seu Centro Comercial, o Terminal Rodoviário Prefeito Ciro Netto, também conhecida como Sub-Rodoviária do São João, com relativo fluxo diário de pessoas e veículos, além de restaurantes, lanchonetes, padarias, lojas de souvenirs, papelaria, escolas, agências bancárias e lotéricas, hotéis, postos de gasolina, farmácias, supermercados, bares, oficinas e lojas automotivas.

O Bairro São João, que é interligado por grandes e importantes avenidas como a própria Avenida Lamartine, BR-352 (saída para Goiânia), Avenida Juscelino Kubitschek, Avenida Vera Cruz, Avenida das Américas, além da Rua Cristiano Vitor, todas com significativo número de comércio e serviços. Um subcentro importante, haja visto que os empreendimentos ali localizados empregam e atendem uma importante parcela da população catalana.

Uma vez que a formação de subcentros ocorre pela descentralização ou desdobramento das áreas centrais urbanas (REIS, 2007; ALVES E RIBEIRO FILHO, 2014; CORRÊA, 2004), o setor terciário tem fundamental importância nesse processo, haja visto que o comércio varejista e setor de serviços basicamente, atuam como fundadores desses subcentros, aproximando-se das populações e evitando idas ao centro da cidade.

No entanto, à medida em que estes subcentros se formam e se expandem em direção aos bairros, cresce também a demanda por infraestrutura que facilite o acesso a esses locais, como a abertura ou alargamento de ruas, estacionamentos, aberturas de lojas e comércios. Nesse processo a vegetação acaba sendo inexoravelmente suprimida. A paisagem é alterada drasticamente e saturada de empreendimentos comerciais, asfalto e concreto. Além disso, outro aspecto negligenciado com frequência é o próprio relevo e dinâmica da área, o que interfere diretamente nas intempéries climáticas que afetarão as casas e comércios ali instalados.

Figura 11: Vista da Subestação Rodoviária do Bairro São João, Catalão – GO.



Fonte: Blog Zap Catalão, 2017. Org.: Maria Edna S. de S. Gomes, 2021.

Figura 12 - Vista da Subestação Rodoviária do Bairro São João, Catalão – GO sem vegetação.



Fonte: Google Earth, 2019. Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Na primeira imagem da Subestação Rodoviária do São João, pode se ver na entrada do Centro Comercial, no ano de 2017, algumas palmeiras e jardins embelezando a entrada. Atualmente, essa pouca vegetação foi retirada e o local transformado em estacionamento para motos (figura 11). O motivo da supressão desses elementos não pôde ser apurado. Entretanto, supõe-se que o estacionamento foi considerado mais “útil” do que a vegetação, o que apenas constata a pouca ou nenhuma preocupação com a utilidade e benefícios que esses elementos naturais fornecem à sociedade.

4.2.2 Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar

No arranjo espacial da área urbana de Catalão, a Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar é muito importante, tanto pelas instituições públicas ali localizados, como pelo fato de interligar diversos bairros, em especial o São João e o Setor Central. Além disso, a presença de empreendimentos comerciais é abundante (restaurantes, lanchonetes, pizzarias, bares e similares), principalmente no trecho que corresponde às proximidades da Rodoviária do Bairro São João até a Secretária Municipal de Meio Ambiente de Catalão, na Avenida Dr. Lamartine, no Bairro Ipanema.

Algumas instituições importantes também estão situadas ao longo desse trecho, como a Universidade Federal de Catalão – UFCAT), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAI, o 18º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás, o Clube do Serviço Social da

Indústria – SESI, a Farmácia Municipal, a Unidade de Pronto Atendimento do Ipanema – UPA e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão – SEMMAC, entre outros.

Figura 13: Trecho da Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, Catalão - GO (com vista a partir do Clube Recreativo de SESI/SENAI, à esquerda em direção ao Bairro São João)



Fonte: Google Maps (imagem pública, 2019). Org.: GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Há ainda estabelecimentos comerciais que vão desde agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica), farmácias e drogarias, lojas de roupas, calçados e móveis, oficinas, hotéis, supermercados, frutarias, padarias, concessionárias de veículos, pet shops, lojas de produtos agropecuários, de tintas e material de construção, moto táxis, papelarias, perfumarias, academias e igrejas).

A Avenida Lamartine atende as mais variadas demandas, evitando o deslocamento de pessoas ao centro da cidade, pois dispõe de comércios e serviços importantes para a população que ali reside e dos bairros circunvizinhos, a saber: Setor Universitário, Santa Rita, Vila Chaud, São João, Leblon, Bairro das Américas, Progresso e Ipanema, Copacabana I e II, Dona Sofia, Santa Monica, Morada do Sol, Setor Aeroporto e São Lucas. Contudo, do mesmo modo que o Bairro do São João, como subcentro, a Avenida Lamartine acaba reproduzindo a dinâmica da supressão da vegetação.

O fluxo de veículos e transeuntes nesses dois trechos (Av. Lamartine e Bairro São João) são intensos durante todo o dia e grande parte da noite, o que contribui significativamente para a poluição atmosférica da área e outros transtornos dela decorrentes. No canteiro central da avenida há alguns espécimes de árvores plantadas (como pode ser visto na figura 12, logo

abaixo) que vez ou outra passam uma poda agressiva e que prejudica tanto o aspecto visual quanto a própria capacidade de atuação da planta.

Figura 14: Trecho da Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, Catalão - GO (com vista a partir do Supermercado Mercadão da Economia em direção ao São João).



Fonte: Google Maps (imagem pública, 2019). Org.: GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Nessa questão, Netto, Costa e Lima (2014, p. 30) afirmam que “as paisagens urbanas são o resultado da ocupação humana sobre o aporte ambiental”. O que essa ocupação faz é de modo geral, suprimir o aporte ambiental quase que totalmente, havendo poucos remanescentes porque resistem ao decorrer do tempo. Com base, pois, nos estudos de Michael Conzen nos deteremos na morfologia da cidade de Catalão e nas áreas de estudo citadas, tomando os aspectos ambientais e suas permanências nos subcentros.

4.3 – As “permanências” existentes nos subcentros

De acordo com as imagens apresentadas, o que se pode notar é que há presença de vegetação nessas áreas (ainda que de forma pontual e não necessariamente endêmicas). No Bairro São João menos do que na Avenida Dr. Lamartine. A presença da vegetação é mais pontual ali, estando sobretudo restrita a alguns lotes particulares e ao redor ao Morro da Saudade. Isto posto, tomaremos como base de análise de acordo com Conzen, essas reminiscências vegetativas como as permanências por ele tratadas.

De modo geral, a pandemia de coronavírus instalada no mundo e no país desde 2020, impediu o acesso a arquivos e documentos mais detalhados da área de estudo, mas informações dadas por funcionários dos órgãos públicos visitados, pontuaram que estes se resumiam a bem poucos. Dessa forma, os primeiros registros a que tivemos acesso remontam o início do século XX e se trata mais especificamente da área do Morro da Saudade, mais conhecido como Morrinho do São João.

Ali, inicialmente já se via os primeiros desmatamentos da área para a construção da Capela de São João Batista, cujas obras começam em finais do século XIX e que só foram concluídas em meados dos anos de 1900, segundo Vaz (2019). Nos anos seguintes, em virtude da degradação da capela, esta foi demolida e reconstruída, vindo a ser reinaugurada em 1939, conforme a mesma fonte.

Figura 15: Primeira Capela de São João Batista no Bairro São João, Catalão – GO.



Fonte: Jornal da Fundação Cultural Maria das Dores Campos. Ano 6, nº 48 Edição de aniversário. 2005. Biblioteca Pública Municipal de Catalão. Catalão - GO.

Para se ter acesso ao Morrinho do São João foram necessários abrir acessos (ruas) e construir estruturas que facilitassem a subida ao morro, fosse dos trabalhadores no período da construção, fosse aos fiéis e membros da igreja responsáveis pelos serviços eclesiais. Como em toda jornada de edificação de cidades ou obras humanas, o desmate e a limpeza da área são as primeiras providências tomadas.

De acordo com Conzen (2004 APUD NETTO, COSTA E LIMA, 2014) e a visão tripartite da Escola Inglesa para a análise sistemática da paisagem urbana (plano urbano, tecidos urbanos e padrão de uso e ocupação do solo), o primeiro aspecto – plano urbano – representa ou determina a lógica de ocupação do território, logo é ele que distribui no passivo ambiental existente a organização do espaço, considerando a topografia e características naturais do local (ou deveria fazê-lo).

Essa distribuição e/ou organização do espaço estrutura-se a partir da abertura de vias e estradas minimamente necessárias à circulação humana e aos meios de transporte existente à cada época, e estas vias, de modo geral configuram-se como permanências ou possuem “tendência maior” de permanecer inalteradas no decorrer do tempo (Ibid.). De acordo com Rossi (2001, p. 52 APUD NETTO, COSTA E LIMA, 2014) “a permanência mais significativa é dada, pois, pelas ruas e pelo plano urbano; o plano permanece sob níveis diversos, diferencia-se nas atribuições, muitas vezes se deforma, mas, substancialmente, não se desloca”.

Uma vez definido o plano urbano, os demais aspectos vão se acomodando nesse espaço de forma concomitante, no uso e na ocupação do solo delineado pelas edificações e pelo tipo edifício, fachada e implantação no lote. Em subcentros comerciais como é o caso do Bairro São João e Avenida Lamartine, as antigas casas residenciais vão pouco a pouco cedendo lugar à nova realidade. Muitos moradores antigos vendem suas propriedades ou as alugam para fins comerciais, quando não as compartilham com os novos empreendimentos que surgem.

É comum ver entre um comércio ou outro, sobretudo em avenidas principais como a Avenida São João e Av. Lamartine (imagens abaixo), uma casa em estilo residencial antigo (ainda que não tão antigo) em meio aos pontos comerciais. Essas “permanências residenciais”, corroboram para a compreensão que Conzen tem da paisagem urbana como um palimpsesto, onde as modificações no decorrer do tempo apagam, transformam ou deformam o que havia antes, perdendo-se parte da história.

Nas construções dessas áreas, praticamente inexistente espaço entre um lote e outro, formando um grande mosaico de construções que se alternam entre comércios e residências, edifícios novos e bem cuidados e outros esquecidos no tempo e na história. Traços do velho e do novo e dos contextos sociais de épocas diferentes que dividem o mesmo espaço geográfico, com o agravante de ter perdido, sobretudo, parte preciosa da flora.

Figura 16: Casa antiga no cruzamento da Avenida São João com a Rua Augusto Neto no Bairro São João, Catalão – GO



Fonte: Google Maps (imagem de 2019). Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Figura 17: Casa antiga no cruzamento da Av. São João com Rua Minas Gerais no Bairro São João, Catalão - GO



Fonte: Google Maps (imagem de 2019). Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Figuras 18 e 19: Casas antigas em meio aos estabelecimentos comerciais da Av. Lamartine, Catalão - GO



Fonte: Google Maps (imagem de 2019). Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Netto, Costa e Lima (2014) pontuam que as modificações das estruturas formais obedecem certa hierarquia ocorrendo inicialmente no uso e ocupação do solo e depois nas formas e no tipo edilício. No entanto, alguns subcentros transformam áreas residenciais em comerciais progressivamente, modificando os tipos edilícios primeiro, como no Bairro São João e Av. Lamartine, isto porque muitos dos empreendimentos ali instalados são de comércio e serviços, que alteram as fachadas e a estrutura interna do edifício, sem necessariamente afetar o lote, readaptando-as às novas necessidades, como as apresentadas nas imagens a seguir.

Figuras 20 e 21: Antigo Bar São José, na esquina da Av. Lamartine com GO-330 e Bar do Bertholdo, esquina da Av. São João com GO-330, São João, Catalão - GO



Fonte: Google Maps. Imagem de 2019. Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

Estes dois pontos comerciais têm uma certa peculiaridade, ainda que não se possa ver nas imagens apresentadas: seu interior conserva em muito a estrutura inicial da construção, com balcões de cimento e/ou madeira e disposição interna de prateleiras, móveis e utensílios que remonta as antigas vendas do início do século XX. A falta de iluminação e o pouco investimento em reforma ou manutenção também denuncia certa carência financeira dos proprietários, passando a forte impressão de que apenas subsistem em meio às transformações no decorrer do tempo.

Entretanto, se observa também no Bairro São João e Av. Lamartine, algumas poucas “permanências de áreas vegetadas” nativas ou não. As exceções estão presentes no canteiro central da Av. Lamartine, algumas árvores isoladas em lotes particulares, em alguns órgãos como a UFCAT, SESI, SEMMAC, bem como nas encostas do Morrinho do São João e Estação de Tratamento de Água – SAE, no São João.

Figura 22: Trechos da Avenida Dr. Lamartine P. de Avelar, Catalão – GO.



Fonte: Google Maps. Imagens de 2019. Org. GOMES, Ana Victória de S. 2021.

A forma de organização do espaço e toda as demais necessidades adaptativas do urbano no passivo ambiental existente, suprimem a maior parte da vegetação, deixando pontuais reminiscências nesses dois locais. As que restam, porém, sofrem eventualmente ações de poda drástica, como as árvores do canteiro central da Av. Lamartine ou queimadas como as que podem ser vistas na encosta do Morrinho de São João, nas imagens abaixo:

Figura: 23: Poda das árvores do canteiro central da Av. Lamartine, Catalão - GO



Fonte: Arquivo pessoal de ORLANDO, Paulo H. K., 2019.

Figura 24: Imagens do acesso principal do Morrinho do São João, visto a partir da GO-330 e da Rua São Miguel esquina com a Rua Salvador, Bairro S. João, Catalão – GO nos anos de 2012 e 2019 respectivamente com indícios de queimada em 2019 e de vegetação em 2012.



Fonte: Google Maps (imagens públicas dos anos de 2012 e 2019).
Org. GOMES, Ana Victória de S. 2021.

A resistência dessas pontuais “permanências vegetativas” deve ser motivo de preocupação, pois a tendência do centro e subcentros urbanos de Catalão é caminhar na mesma lógica de outras cidades e virem a se tornar idênticos àqueles, onde pouca ou nenhuma vegetação se faz presente. O plano diretor da cidade demonstra, ao menos teoricamente, a preocupação com a questão ambiental e sua importância para a sociedade.

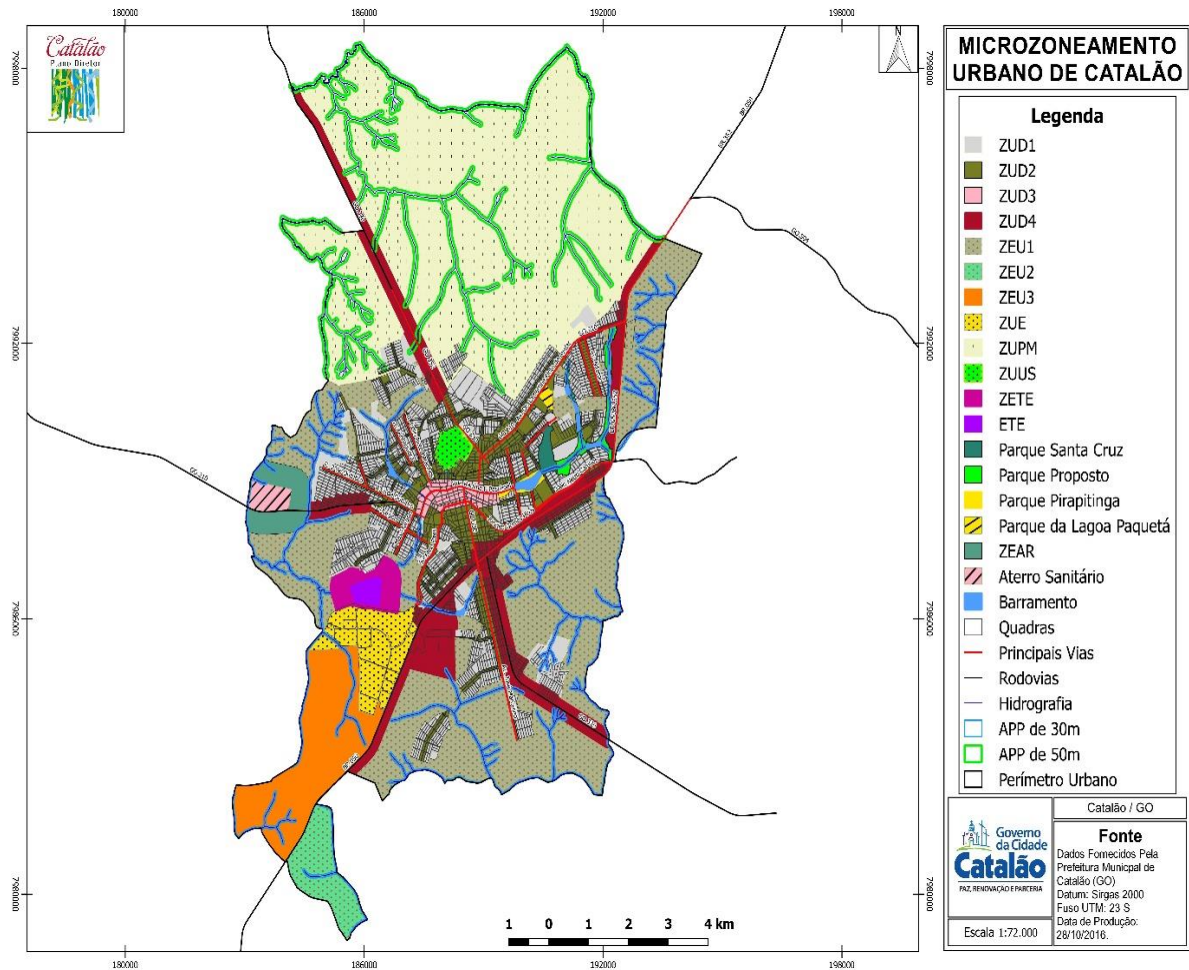
4.4 – Plano Diretor e Planejamento urbano de Catalão

O plano diretor de Catalão a que tivemos acesso é de 2016, pois até a presente data não foi feita a revisão do mesmo. Nele, entre as muitas diretrizes e dispositivos a temática ambiental está sempre presente, como descreve o Artigo 2º do Título I, das Disposições Preliminares e outros que o seguem:

Art.2º -O Plano Diretor do Município de Catalão é o pacto que visa organizar a ocupação do território municipal de forma a proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população e, baseado nos valores sociais, garantir o desenvolvimento sustentável, praticado em estreita correlação do desenvolvimento socioeconômico **com a preservação do meio ambiente** e do patrimônio histórico e cultural. (Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão –PDOTDSC, conforme Lei Complementar 3.439 de 8 de dezembro de 2016, grifo nosso).

Nos casos de subcentros comerciais como é o caso tratado, o Plano Diretor de Catalão 2016, enquadra-os na ZUD (Zona Urbana de Usos Diversificados), subdivisão ZUD-2 (Zona Urbana de Uso Misto, com predominância comercial), conforme Mapa de Microzoneamento Urbano de Catalão (figura 21). A Zona Urbana de Usos Diversificados “corresponde a áreas que podem ter diversas formas de usos e ocupações do solo, desde que compatíveis com as características físicas, ambientais, socioeconômicas e infraestruturais de cada segmento urbano” (PLANO DIRETOR DE CATALÃO, 2016, CAP. III, ART. 20).

Figura 25: Mapa do Microzoneamento Urbano de Catalão



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão – SEMMAC, 2021.

Na questão de usos e ocupação do solo urbano, o Bairro São João e Avenida Lamartine (ZUD-2) englobam as subcategorias de UR1 / UR2 / CS1 / CS2 / SUC1 / SUC2 / UI1, que são assim descritas no Plano Diretor.

I -UR1: Residencial Unifamiliar -entende-se por Residencial Unifamiliar uma unidade autônoma sobre o lote constituído.

II -UR2: Residencial Multifamiliar -entende-se por Residencial Multifamiliar a existência de duas ou mais unidades autônomas sobre o lote construído.

III-CS1: Comércio Varejista e Serviços de Nível 1:bar, lanchonete, mercearia, padaria, farmácia, jornaleiro, minimercado, açougue, peixaria, quitanda, papelaria, sapataria, encanador, eletricista, barbearia, cabelereiro, floriculturas, atividades autônomas de confecção e reparo de vestuários, confecção e reparo de calçados, assistência técnica a instalações elétricas e hidráulicas, assistência técnica a eletrodomésticos e eletroeletrônicos, confecção e reparo de joias e reparo de pequenos artigos de uso pessoal e doméstico, exercício autônomo de profissões de nível superior, locadoras de vídeos, som e livros, e outras modalidades consideradas pelo Município como

compatíveis com a amplitude local de consumo e trabalho e com o ambiente e o tráfego da vizinhança.

IV -CS2: Comércio Varejista e Serviços de Nível 2: lojas de departamentos, clínica médica e odontológica, restaurante, supermercado, churrascaria, pizzaria, lojas de móveis, eletrodomésticos, calçados, vestuário, utensílios, bancos, escritórios de empresas e profissionais liberais, imobiliárias, tabelião, serviços pessoais e outras modalidades consideradas pela Município como compatíveis com a amplitude local de consumo e trabalho e com o ambiente e o tráfego da vizinhança.

VII-SUC1: Serviços de Uso Coletivo 1: compreende as seguintes modalidades consideradas de pequeno porte e de reduzido impacto sobre o tráfego e o ambiente de vizinhança: assistência ao menor e ao idoso, recreação infantil, esporte e lazer de amplitude local, associações comunitárias, associações de militância social ou cultural, assistência à saúde no âmbito local, jardins de infância, pré-primário e ensino de primeiro e segundo grau, ensino de idiomas, treinamento profissional comunitário, posto policial, posto telefônico, posto de correio, biblioteca, igrejas, templos, locais de culto, velório, casas de repouso, maternidade, laboratórios clínicos, asilos, orfanatos, lotéricas e outras modalidades consideradas pelo Município como compatíveis com o ambiente e o tráfego de vizinhança.

VIII -SUC2: Serviços de Uso Coletivo 2: compreende todas as demais modalidades de serviços de uso coletivo, sujeitas a Estudo de Impacto de Vizinhança e à execução das medidas mitigadoras eventualmente indicadas.

IV-UI1: Uso Industrial de baixo potencial poluidor: indústria de confecção de roupas, malharias, artesanatos e outras modalidades consideradas pelo Município como compatíveis com a amplitude local de consumo e trabalho e com o ambiente e o tráfego da vizinhança.

Entretanto, pouco ou quase nada é dito no que se refere à arborização ou manutenção de áreas verdes nesses ambientes específicos. A menção inicialmente feita é no sentido do urbano como um todo, que se referem especialmente aos lotes rurais, mas que podem ser urbanizados e não é necessariamente positiva, pois afirma que a reserva legal obrigatória poderá ser extinta com a nova destinação dada, isto é, ao se tornar gleba ou lote urbano.

Conforme o Inciso 11, do Art. 5º da Lei Municipal de Parcelamento do Solo Nº 3.440 de 08 de dezembro de 2016: “A inserção de imóvel rural em perímetro urbano não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de reserva legal, que só se extingue concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos”. O outro ponto mencionado é no Inciso 12 do mesmo artigo, que diz:

As áreas de reserva legal isoladas em perímetro urbano, que constituam fragmentos residuais de glebas parceladas ou urbanizadas, poderão ser convertidas exclusivamente em áreas verdes para atender a obrigação de novos projetos de parcelamento, desde que limitadas a atingir 50% do percentual da alínea “c” Inciso I do artigo 8º exigido para o novo empreendimento, mediante aprovação do órgão ambiental competente, que deverá observar a proporção de áreas verdes essenciais a todas as regiões da

cidade. (Inciso 12, Art. 5º, LEI MUNICIPAL DE PARCELAMENTO DO SOLO Nº 3.440 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016).

Ainda no Bairro São João, a área que corresponde ao Morro da Saudade é classificada como ZUUS – Zona Urbana de Uso Sustentável, que de acordo com o PDOTDSC 2016, Capítulo III, Parágrafo Único, Art. 21, diz:

A Zona Urbana de Uso Sustentável (ZUUS) é formada por área de relevante interesse histórico, ambiental e paisagístico, em que a ocupação dar-se-á de forma controlada, considerando a declividade do terreno, as áreas de preservação permanente, bem como o estabelecimento de maior índice de permeabilidade, não podendo este ser inferior a 30%.

Essa, portanto, é assim considerada uma área de interesse tanto histórico, cultural, ambiental e paisagístico, dada ter sido desde o início o marco de orientação dos bandeirantes paulistas (RAMOS, 1984) como o ponto de encontro de catalanos durante muitos anos pelos festejos, missas e procissões a São João, desde que a primeira capelinha foi construída em meados do século XX (VAZ, 2015). Mas nem por isso deixou de ser modificada em sua morfologia. A vegetação atualmente presente ao redor do Morrinho do São João é quase toda composta por pequenos arbustos, vegetação rasteira e gramíneas.

Nas imagens de 2012, apontada na figura 23 acima, alguma vegetação podia ser notada nos dois lados da estrada que dá acesso ao Morrinho, mas em 2019, há nas mesmas imagens evidências de queimadas em toda a primeira parte da encosta do morro. O topo do Morro da Saudade onde foi construída a Igreja de São João é todo impermeabilizado e conta com um coreto, um estacionamento e alguns bancos de pedra para os visitantes. As vias de acesso, hoje asfaltadas, facilitam a subida tanto de pedestres como de veículos. De lá é possível ter uma vista panorâmica da cidade, sendo um dos pontos turísticos mais frequentados da cidade.

4.5 Resultados

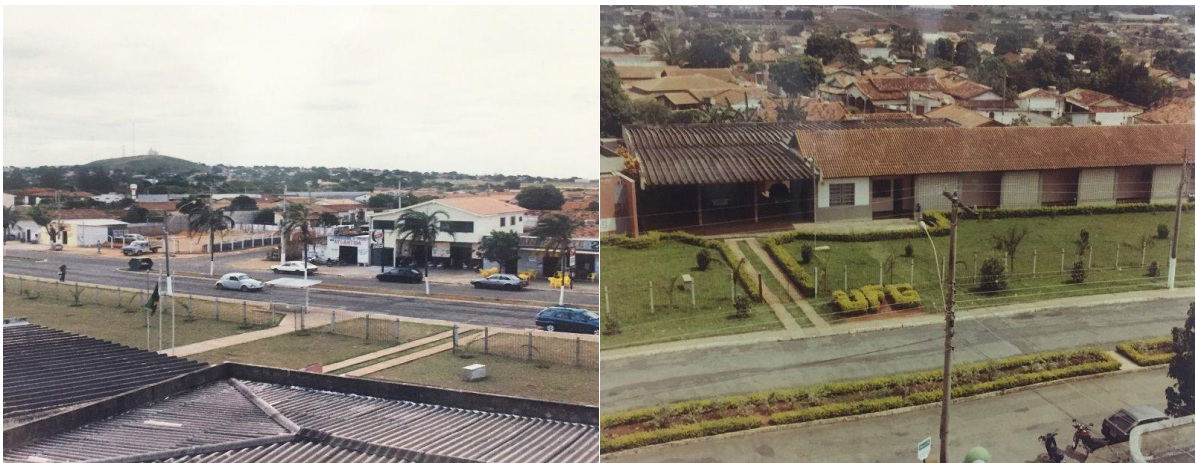
Os subcentros do Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, reproduzem a mesma dinâmica de outros subcentros de diversas cidades brasileiras e do mundo com a questão ambiental sendo pouco considerada ou ignorada. Os desdobramentos dos centros em pequenas áreas comerciais e de serviços ocasionados pelas demandas do crescimento populacional e da expansão urbana, vão paulatinamente modificando a morfologia das áreas periurbanas ou rurais.

Nesse processo de formação de centros e subcentros que ocorre quase que concomitantemente à expansão urbana, a primeira mudança ocorre na morfologia da paisagem, saindo de sua forma original ou pré-modificada para outra que atenda as exigências da nova configuração. No caso do Bairro São João e Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, se deduz que à medida em que o comércio e serviços foram se expandido, as construções existentes foram sendo adaptadas para estes novos fins.

Vale, ressaltar que a observação é feita com base na estrutura de alguns imóveis readaptados para alojar comércios e serviços, residências presentes nos subcentros em questão e na própria disposição morfológica do bairro e da avenida, uma vez que não foram acessados registros históricos que pudessem fornecer a progressão desses ambientes no decorrer do tempo. As rodovias estaduais (GO-330, e GO-352) e estradas na área do Morrinho do São João, demonstram que foram feitos grandes cortes em suas encostas e que o mesmo ficou “isolado” ao redor dos bairros que ali se formaram.

Infelizmente não é possível fazer uma comparação de como toda aquela região era pela chegada dos bandeirantes paulistas em terras goianas, mas pode-se ter uma pequena noção quando vemos algumas imagens⁵ centradas Av. Lamartine e no Morro da Saudade, como as que seguem:

Figura 26 e 27: Vista do alto da Av. Dr. Lamartine P. de Avelar a partir da UFG-RC e de sua entrada principal – Catalão – GO.



Fonte: Arquivo Cidarq – Site da UFG/RC. Autor desconhecido. Sem data. Org. GOMES, Maria Edna S. de S. 2021.

⁵ As imagens de Catalão usadas nesse capítulo encontram-se em vários sites e jornais da cidade, mas as datas de suas capturas divergem e/ou não constam, não havendo condições de afirmar em que ano de fato cada uma foi tirada, nem a quem atribuir autoria.

Figura 28: Imagens do Morrinho de São João, em Catalão – GO, nos possíveis anos de 1950, 1970 e 2010.



Fonte: Site do Folha de Catalão, 2019. Org. GOMES, Ana Victória de S. 2021.

Entretanto, pode-se facilmente intuir com base no que se observa em Catalão e se sabe dos processos de urbanização, que as modificações ambientais ocorrem numa ordem quase inquestionável de desmatar, cortar, aterrar, abrir estradas e ruas, construir e reorganizar a nova forma do lugar com o objetivo de dar vazão às moradias e ao desenvolvimento econômico e social futuros. A morfologia anterior é paulatinamente transformada, a flora dizimada, a fauna expulsa ou morta e os novos sinais do progresso ganham força.

Catalão, cresceu muito nos aspectos econômicos e populacionais nas últimas quatro décadas e esse crescimento trouxe consigo benefícios consideráveis para sua população, no que diz respeito à melhoria das condições, elevação da renda per capita e da qualidade de vida de modo geral. A presença de grandes empresas multinacionais de mineração e automobilismo e máquinas agrícolas em solo catalano, contribuiu consideravelmente nessa questão dando ensejo ao consequente desenvolvimento do terceiro setor, como visto em capítulos anteriores.

O desenvolvimento do terciário colaborou para a maior oferta de empregos que atraiu migrantes de dentro e fora do estado e aumentou a população urbana, gerando a necessidade de expansão das moradias e, por conseguinte, de ampliação da oferta de serviços e produtos que extrapolassem a área central. Do desdobramento dessa área central surgem os subcentros comerciais como do Bairro São João e da Avenida Dr. Lamartine P. de Avelar.

Esses subcentros, contudo, reproduzem a mesma lógica iniciada na área central, que por sua vez reproduz aquilo que o progresso econômico e desenvolvimento das sociedades capitalistas já fazem a séculos, nas cidades: tratam a questão ambiental como coisa de somenos ou meramente como produto a ser explorado, consumido e comercializado. É fato que tem se levantado discussões a este respeito já há algumas décadas defendendo o uso racional e sustentável desses recursos, mas em termos práticos esbarrou na falta de legislação sobre o assunto por muitos anos e depois da legislação, na dificuldade de sua implementação.

Os atuais instrumentos legais que existem sobre as questões ambientais e sua importância para a vida humana, nos ambientes rurais ou urbanos, ainda pecam em muitos detalhes, mas trazem medidas que seriam extremamente benéficas se postas em práticas. O grande problema, porém, está aí. O não cumprimento ou o cumprimento parcial dos dispositivos legais que garantam a bom uso desses recursos (vegetação, água) é uma constante nas gestões públicas por todo o Brasil.

É sabido no ambiente acadêmico, assim como no âmbito administrativo da gestão pública que esses dispositivos devem constar de forma obrigatória no planejamento urbano e até constam de certa forma, sua execução, porém é que quase nunca sai do papel de modo efetivo e por vezes, é negligenciada causando entre outros danos sociais, a má qualidade de vida e a pouca sensibilização da sociedade como agente desse processo. Alguns esforços, porém, têm sido empreendidos no sentido de melhorar a situação, mesmo que de forma isolada e timidamente.

Em Catalão, foi lançado em 2019 um plano de ação com vistas a melhorar essa questão - o Programa de Arborização Pública Cidade Verde - no dia 03 de outubro daquele ano, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Catalão – SEMMAC (SEMMAC, 2019). O projeto visa ampliar a arborização da Cidade em parceria com a população. A prefeitura doaria e realizar o plantio das mudas nas calçadas das casas, ficando a cargo do cidadão fazer a solicitação da muda na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e em outros postos listados no site da prefeitura e, depois responsabilizar-se pelo cuidado e preservação da planta.

O projeto estava previsto para atuar em duas fases, de acordo com as diretrizes da Instrução Normativa SEMMAC Nº 003 de 20 de julho de 2018, que dispõe sobre o Plano de

Arborização Urbana. A primeira, distribuindo mudas para a população e a segunda arborizando dezesseis locais entre avenidas, ruas e pátios selecionados na cidade. Entre essas avenidas algumas são bem conhecidas como a Av. Raulina Fonseca Pascoal, na área central, também chamada de Avenida do Córrego e a Avenida Maria Marcelina, no Bairro Ipanema.

Iniciativas como o Programa de Arborização Cidade Verde são importantes e necessárias para melhorar o ambiente urbano. No entanto, na lista para a implantação da arborização, não constam a Avenida São João, umas das principais vias de acesso no Bairro São e Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, abordadas nesse trabalho. Os critérios utilizados para a eleição das áreas públicas a receberem mudas não pôde ser apurado, mas certamente o trânsito pesado, a falta de espaço entre lotes, o fato de terem forte adensamento comercial e talvez, até mesmo a já presente vegetação remanescente no local, tenham excluído essas áreas do programa.

Este fato nos leva a crer que sim, a formação dos subcentros agravam a perda de vegetação nessas áreas e em outras na medida em que se expandem, haja visto que seguem a mesma lógica de desmatar, impermeabilizar e adensar comércio e serviços, não valorizando de forma adequada esses elementos tão fundamentais para a qualidade de vida da população local e das sociedades urbanas como um todo.

No subcentros analisados e em especial nas avenidas São João e Av. Lamartine, o adensamento dos estabelecimentos comerciais não deixam espaços entre lotes e toda a área interna e externa, com poucas exceções, são impermeabilizadas, sem arborização mínima, seja pela presença de canteiros, jardins ou mesmo jarros de plantas embelezando o local. As palmeiras existentes nos canteiros da Av. São João e o estreito gramado que as separam, no período de estiagem ficam bem prejudicadas pela falta de água da chuva e da rega por parte da prefeitura. O mesmo ocorre na Av. Lamartine.

Evidentemente cada espécie de planta necessita de uma quantidade específica de água e cuidados para seu desenvolvimento e manutenção, e esperar apenas o período de chuvas ou fazer regas insuficientes durante a estiagem prejudica a qualidade e a preservação dessa pouca vegetação já bastante castigada pelo trânsito de veículos, a ação de vândalos e a hostilidade do ambiente urbano de modo geral.

Dessa forma, com base no que foi pesquisado e apresentado pode-se inferir que a situação dos subcentros de Catalão, revelam aspectos positivos ao conservar alguns pontos vegetados em suas áreas. Entretanto, a preocupação com essa questão se faz necessária, para que estes mesmo pontos continuem a ser mantidos e melhor monitorados, que a rega e que as

podas ou a manutenção seja feita de forma que não incapacite a função biológica dessa vegetação, e não invalide seus benefícios à população catalana.

Pode-se ainda constatar que nunca houve de fato, assim como continua não havendo incompatibilidade na coexistência dos recursos naturais em ambientes urbanos, mesmo em grandes ou pequenos centros e subcentros comerciais, mas sim uma mudança de valores, hábitos e usos no convívio das sociedades com os elementos naturais no decorrer da história humana, alterando o modo como estes eram entendidos, sua simbologia, importância e representação em épocas pretéritas, especialmente sob o advento do capitalismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de melhorar a qualidade de vida das populações urbanas não é apenas um discurso ingênuo, metido a revolucionário, nem se resume a uma retórica política de cunho progressista. É antes de tudo, uma necessidade premente e óbvia, uma vez que a vida humana é (ou deveria ser) a maior dádiva a ser preservada. A vida como um todo depende de um conjunto de fatores e elementos que gostando nós ou não, estão interligados e intimamente são codependentes.

A humanidade está inserida num contexto biológico, que supera outros aspectos como o histórico, econômico ou sociocultural. Ainda que estes sejam importantes e contribuam de forma determinante para o desenvolvimento humano, nossa dependência básica existencial ainda é uma questão biológica. Nossas necessidades primárias são de alimentação, hidratação, segurança e preservação da espécie, espécie essa que sempre retirou e ainda retira dos recursos naturais o fundamental para se manter.

No entanto, à medida em que evoluímos em questões de sobrevivência e de desenvolvimento social e econômico, nossa relação com esses recursos ganhou nuances nunca antes vistas, sobretudo após a revolução industrial, o desenvolvimento do capitalismo e as transformações dele decorrentes. A exploração desenfreada e com objetivo de gerar lucro desde então, tem sistematicamente retirado da natureza mais do que ela tem capacidade de repor em tempo hábil, gerando um grande desequilíbrio.

Esse desequilíbrio tem consequências para o próprio ser humano que até o momento, a despeito de todo desenvolvimento teórico-científico e tecnológico, é incapaz de mensurar com precisão. Alguns efeitos da exploração, do desperdício e da poluição causada pelas atividades humanas já são sentidos há séculos e ao passo que o desenvolvimento científico busca respostas para estes problemas surgem outros cada vez mais complexos e indecifráveis.

A humanidade que superou em grande parte a fome, várias doenças e as carências higiênicas dos últimos três séculos, agora padece com males que vão desde a pobreza extrema causada pela má distribuição de renda dentro do próprio país ou estado, os danos causados pela poluição, a violência dos grandes centros urbanos, problemas no transporte de passageiros para vencer as longas distâncias, a contaminação da água, do ar, do solo e de alimentos em virtude do uso de produtos químicos, a elevação da temperatura causada pelo desmatamento e a produção de gases nocivos à saúde, entre outros.

As cidades, sejam elas megalópoles ou pequenos núcleos-sede do interior de muitos estados ou municípios estão entre as principais vilãs desses transtornos, haja visto serem elas e nelas que se desenvolvem a maior parte das atividades econômicas da atual sociedade. Não que estes problemas não alcancem regiões tidas como rurais ou menos desenvolvidas, mas é que como centralidades, é nelas que reside basicamente o problema maior. Delas emanam as ordens, as decisões que vencem distâncias e abrangem localidades menores.

Nelas também se concentra a maior parte da população, seja a nível mundial ou local. A população deixou de ser rural para ser urbana, no processo de produção de excedentes e desde lá sofre as consequências desse novo estilo de vida. A qualidade de vida da população urbana é considerada levando-se em conta alguns fatores, como saúde, educação, emprego, moradia e poder de compra.

Na questão saúde, aspectos fundamentais devem ser considerados, dentre os quais se destacam a necessidade de respirar ar de qualidade e ter momentos de lazer e tranquilidade. Estes, porém, têm estado cada vez mais comprometidos nas cidades, por conta da poluição do ar, dos mananciais e do solo, que por sua vez está diretamente ligada à retirada da vegetação dos ambientes urbanos e de sua ausência quase total nos centros, geralmente saturados de atividades comerciais e de serviços.

O problema é sentido diariamente, mas parece não despertar no cidadão comum questionamentos ou dúvidas se de fato haveria outro modo de viver a situação, com menos danos à saúde. De modo geral, são nos meios científicos e/ou acadêmicos que o assunto vem à tona, trazida por intelectuais e gerando discussões que, às vezes ultrapassam as barreiras das salas de aula e dos debates e chegam à esfera da administração pública na forma de leis e instrumentos legais de preservação, conservação e medidas de uso racional e sustentável dos recursos e instruções para mitigar os problemas já existentes.

As leis, por sua vez são criadas e fomentadas levando em conta, principalmente os interesses de quem as faz e não faltam brechas e omissões que permitam sua baixa execução na prática ou mesmo sua não observância por parte de quem deveria cumpri-las. Isto, no entanto, não invalida sua criação e propósitos, por ser entendida como um avanço após anos de exploração dos recursos naturais sem legislação pertinente.

Outrossim, um planejamento urbano e ambiental, se executado em consonância com os instrumentos legais já existentes, mitigaria os efeitos desses problemas na sociedade em geral, haja visto que abrange aspectos importantes do cotidiano, da qualidade de vida e das exigências tidas como sustentáveis. Há, porém, um entendimento implícito e enraizado por parte das elites, quiçá até mesmo da população comum de que áreas comerciais devem ser completamente

desprovidas de qualquer presença da vegetação, seja elas pequenas “permanências” históricas de vegetação ou paliativos paisagísticos criado depois, como jardins ou praças arborizadas.

Essa condição afeta o urbano como um todo e particularmente a população local desses subcentros, haja visto que ali habitam moradores que convivem diariamente com um trânsito pesado de veículos e transeuntes ou que para ali se deslocam para trabalhar, passando grande parte do seu dia. Ambientes vegetados não são importantes, apenas do ponto de vista de sua função biológica, por servirem como filtros de ar, interceptadores do impacto das chuvas, abafadores de ruídos ou amenizadores de temperatura, são também geradores de conforto emocional e psicológico por propiciar nesses ambientes áreas de fuga do cotidiano laboral.

Infelizmente nada do que até aqui foi dito é novidade ou de desconhecimento absoluto por parte da população. Não faltam estudos e estudiosos que versam com muito mais propriedade sobre este e outros assuntos envolvidos nessa temática. Este, apenas corrobora com aqueles por entender que as mudanças na morfologia da paisagem devem levar em conta esses fatores tão importantes e imprescindíveis à vida em sociedade.

No atual momento de desenvolvimento humano, científico e tecnológico não podemos usar a desculpa de que não há formas de resolver o problema. Sim, há e podem ser aplicadas mesmo em ambientes pequenos e estruturalmente modificados. Uma alternativa simples e de baixo custo, é a implantação de pequenos jardins externos ou internos em locais públicos e em estabelecimentos comerciais, jarros de plantas dispostos em locais estratégicos, como recepções, áreas de convívio social e estacionamentos.

Essas medidas podem parecer à primeira vista, ingênuas ou até ineficazes, mas é interessante notar que na antiguidade, a vegetação não estava propriamente ladeando ruas e avenidas, ou concentradas em espaço únicos como jardins, praças e bosques, mas distribuídas nas próprias construções dos templos e palácios. Se respeitadas às devidas proporções e mudanças do ambiente urbano contemporâneo, inserir plantas nos estabelecimentos dos subcentros comerciais pode tornar-se uma alternativa viável para minorar o problema dessa carência de elementos naturais e assim contribuir para a qualidade de vida.

Além disso, é preciso investimento em educação ambiental da população de forma a sensibilizar os proprietários que ainda possuem árvores frutíferas em seus lotes a manterem-nas e preservar-las, orientar a população e ajuda-las a gramar as áreas internas de suas propriedades ao invés de impermeabiliza-las, fiscalização efetiva no que diz respeito ao coeficiente do lote para infiltração de água da chuva e, claro preservar os poucos remanescentes que ainda existem nesses locais. Estas medidas aparentemente simples sugeridas para minimizar o problema, não devem ser encaradas como simplórias, mas como esforços na tentativa de mitigar a questão.

E aqui, vale ressaltar: mitigar e não resolver, uma vez que nosso entendimento vai de encontro a Conzen e sua compreensão da paisagem urbana como um palimpsesto, onde as sociedades apagam o que anteriormente existia e reaproveitam o espaço geográfico para reescrever sua história, transformando, modificando, desconfigurando e reconfigurando o lugar de acordo com a cultura do momento histórico vivido. É nesse palimpsesto do espaço geográfico que as formas, os conteúdos e os objetivos são alterados de acordo com o que a sociedade de cada época acredita.

Nesse mesmo sentido caminha Cosgrove e Sauer, na Geografia Cultural, de que a paisagem urbana é fruto do desenvolvimento de uma sociedade em determinada época, sua constituição e relações com o passado, seus valores, hábitos e usos dados aos ambientes, carregando-os de significados e representações. São estes hábitos, valores, simbolismos e representações experienciados pelas sociedades que definem as formas visíveis e invisíveis da paisagem urbana.

Portanto, cremos que sob a forte e inescapável influência do capitalismo histórico, os significados e representações dados à paisagem urbana atual, refletem interesses, valores e hábitos que priorizam o lucro, o consumismo desenfreado, a ganância e a mínima importância dada aos recursos naturais, desprezando por completo as consequências para esta e para as futuras gerações.

Com base, pois, nos valores dessa nossa geração e desse tempo histórico que tem se prologado por mais de três séculos e que parece fadado a ser um caminho sem volta, as sociedades se organizam no espaço em que vivem, subjugando os recursos ao seu bel prazer, devastando a fauna e a flora, o solo, o ar, a água e criando para si mesmas um futuro nada positivo e que pode ser o motivo do seu próprio infortúnio.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rivail Vanin de. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná. 2001. Disponível no endereço eletrônico: <<https://pt.scribd.com/document/12844744/Dissertacao-Rivail-Vanin-de-Andrade-O-processo-de-producao-dos-parques-e-bosques-publicos-de-curitiba>>. Acessado em: 12/02/2021.
- AFONSO, Cintia Maria. **Jardins do Ocidente e do Oriente: ordenamento ou recriação da paisagem**. Paisagens e Ambiente – Ensaios, n. 40. São Paulo. 2017. 107-132.
- BERTRAND, Georges. **Paisagem e Geografia física global**. Esboço Metodológico. Revista RA'E GA. N. 8, p. 141-152. Editora UFPR, 2004.
- BUSSOLA, Bruno V. **Complexo Ecológico Ambiental de Catalão: implementação e territorialização dos parques na malha urbana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Catalão, Goiás. 2018. 102 p.
- BEZERRA, Adriana dos Santos et al. **A evolução histórica da questão ambiental**. 25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Recife/PE. Setembro de 2009. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.researchgate.net/publication/289245557_A_EVOLUCAO_HISTORICA_DA_QUESTAO_AMBIENTAL#:~:text=O%20presente%20trabalho%20apresenta%20um,recursos%20naturais%20e%20a%20consequente>. Acessado em: 22/20/2020.
- CARVALHO, José Luiz de. **Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem**. Geograficidade. V. 7, número 2. Inverno de 2017. Disponível no endereço eletrônico: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12983>>. Acessado em: 10/10/2019; 22/11/2019; 07/07/2020; 20/08/2020.
- CASTRO, Demian Garcia. **Significados do Conceito de Paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2006.
- CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção Ensaios.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. Editora Pearson, 6ª. Edição, 2006. 176 p.
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Tradução Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. Editora Difel. São Paulo. 1985.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática. São Paulo, SP. 1989. 96 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado**. Espaço Aberto. PPGG – URFJ. V. 4, n. 1, p. 37-46. 2014.

DEMOCH, Edson. Gravura Arraial de Catalão de 1810 a 1820 - **1810: das terras da Mãe de Deus a Catalão**. Caio Gráfica e Editora Ltda. 2008, 104 p. Biblioteca Pública Municipal de Catalão (GO).

FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. **A história das cidades brasileiras**. Série Como Eu Ensino. São Paulo. Editora Melhoramentos. 2012. 144 p.

FERREIRA, Idelvone Mendes. **O Afogar das Veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do Chapadão de Catalão (GO)**. Tese de doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – Campus de Rio Claro. Rio Claro/SP. 2003. 243 fls. Disponível no endereço eletrônico: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104459>>. Acessado em: 28/03/2021.

FILHO, Oswaldo Amorim; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. **Cidades Médias Brasileiras**. Org.: Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra. RCIPEA – Repositório do Conhecimento IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2001. Disponível no endereço eletrônico: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9872>>. Acessado em: 16/04/2021; 28/04/2021; 01/05/2021.

FOLHA DE CATALÃO. **Fotos Antigas e História de Catalão**. Publicado em: 06 de junho de 2019. Disponível no endereço eletrônico: <<https://www.folhadecatalao.com.br/2019/06/fotos-antigas-e-historia-de-catalao.html>>. Acessado em: 12/07/2021.

Goiás-Catalão. **Lei nº 3.439 de 08 de dezembro de 2016**. Institui Plano Diretor de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável de Catalão, que dispõe sobre plano de parcelamento, uso e ocupação do solo, instrumentos urbanísticos e sistema de gestão. Disponível no endereço eletrônico: <<http://semmac.catalao.go.gov.br/media/uploads/2017/04/07/leis-plano-diretor-2016.pdf>>. Acessado em 03/10/2019.

Goiás-Catalão. **Lei nº 3.340 de 08 de dezembro de 2016**. Estabelece normas e condições para parcelamento do solo, no município de Catalão, Goiás. Disponível no endereço eletrônico: <<http://semmac.catalao.go.gov.br/media/uploads/2017/04/07/leis-plano-diretor-2016.pdf>>. Acessado em 03/10/2019.

GUERRA, Antônio José T. Geomorfologia e Planejamento Ambiental - conceitos e aplicações. **Revista de Geografia (Recife) V. 35, N. 4** (especial XII SINAGEO), 2018. Disponível no endereço eletrônico: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/238227/30051>>. Acessado em: 22/03/2021.

GOMES, Marcos Antonio S.; SOARES, Beatriz Ribeiro. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003** (ISSN 1678—698X). Disponível no endereço eletrônico: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/270/225>>. Acessado em: 15/03/2021.

HARDER, Isabel Cristina Fialho; RIBEIRO, Roberval de C. Salvador; TAVARES, Armando Reis. Índice de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. **Sociedade de Investigações Florestais**. V. 30, N. 02, p. 277-282. 2006 Viçosa – MG. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v30n2/a15v30n2>>. Acessado em: 07/10/2019.

HOLZER, Werther. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Revista Espaço e Cultura UERJ**. Rio de Janeiro. N. 17-18. 55-63 p. Jan./dez. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1940-2010**. Disponível no endereço eletrônico: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>>. Acessado em: 11/09/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. **Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Disponível no endereço eletrônico: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd_2010_entorno_domicilios.pdf>. Acessado em: 10/10/2019.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB. **Goiás - Visão Geral**. Disponível no endereço eletrônico: <<https://www.imb.go.gov.br/sobre-goias.html>>. Acessado em: 15/03/2021.

JORNAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL MARIA DAS DORES CAMPOS. **Fotografia do Morrinho de São João e da primeira capela construída, em 1931**. Ano 6, nº 48 Edição de aniversário. 2005. Biblioteca Pública Municipal de Catalão. Catalão/GO.

JOÃO, Cristina Gerber. **Valoração do meio ambiente. Um estudo de caso: o parque do Rio Vermelho, Florianópolis, SC**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 1997. Disponível no endereço eletrônico: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77181>>. Acessado em: 02/03/2021.

JUNQUEIRA, Hélio; PEETZ, Márcia. **O déficit da arborização urbana no Brasil**. Jardim Cor Paisagismo e Jardinagem. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.jardimcor.com/arvores/o-deficit-da-arborizacao-urbana-no-brasil/>>. Acessado em: 09/10/2019.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª. Edição. Editora Centauro. São Paulo. 2001.

LEITÃO, Fábio Santos; BARBOSA, Gisele Silva. **Arborização urbana de vias públicas: planejamento passeio-calçada**. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ, v.11 n.1, p. 151-168, jan. /jun. 2017 <https://www.researchgate.net/publication/320726231_Arborizacao_urbana_de_vias_publicas_planejamento_passeio-calçada>. Acessado em: 10/01/2021.

LIMA, Joeslan Costa, et al. Comunicação preliminar sobre o inselberg “Morro São João” no Município de Porto Nacional, estado do Tocantins. **Caminhos da Geografia** - revista online. Vol. 10. Nº 32. Dez/2009. P. 69-232. Uberlândia/MG. Disponível no endereço eletrônico: <

https://www.researchgate.net/publication/263336055_comunicacao_preliminar_sobre_o_inselbeg_morro_sao_joao_no_municipio_de_porto_nacional_estado_do_tocantins >. Acessado em: 13/04/2021.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. *Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*. V.1, nº 1, p. 125-139. Jan./jun. 2005. Guarapuava/PR. Disponível no endereço eletrônico <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/185>>. Acessado em: 16/09/2020.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Orgs: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. SEI, 2010. Salvador/BA. 250 p. Disponível no endereço eletrônico: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/REDES_URBANAS/conteudos%20novos/cidades%20m%E9dias%20e%20pequenas%20teorias%20C%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>. Acessado em: 10/04/2021; 16/04/2021; 26/04/2021.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. São Paulo, 2005. Disponível no endereço eletrônico: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101442>>. Acessado em: 10/11/2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4ª. Edição. Annablume. São Paulo. 2005. 162 p.

MOREAU, Karine. **Os jardins da Antiguidade**. Site: Paisageiro. 06/08/2020. Disponível no endereço eletrônico: <<https://www.paisageiro.com/blog/os-jardins-da-antiguidade>>. Acessado em: 06/09/2020

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. 1ª. Edição. Editora Consequência. Rio de Janeiro, 2016.

NASCIMENTO, Maria Amélia S. do. **Geomorfologia do Estado de Goiás**. Boletim Goiano de Geografia. 12(1): 1-22. Jan./dez. 1992.

NETTO, Maria Manoela Gimmler; COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; LIMA, Thiago Barbosa. **Bases Conceituais da Escola Inglesa de Morfologia Urbana**. Paisagem e Ambiente: Ensaios – n. 33. São Paulo. P.29-48. 2014. Disponível no endereço eletrônico: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309>>. Acessado em: 17/04/2020; 06/05/2020; 20/10/2020.

PINTO JÚNIOR, Herval Vieira. **Estrutura, Diversidade e Distribuição Espacial de Comunidades Vegetais sobre Inselbergs do Espírito Santo, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical). Universidade Federal do Espírito Santo. São Mateus, Espírito Santo. 2017. 73 fls. Disponível no endereço eletrônico: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10625_Disserta%E7%E3o_Herval.pdf>. Acessado em: 28/03/2021.

PREFEITURA DE CATALÃO. **Cidade Verde:** Lançado Programa de Arborização pela Prefeitura em Catalão. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.catalao.go.gov.br/site/cidade-verde-lancado-programa-de-arborizacao-pela-prefeitura-em-catalao,NTV,MTExODM.html>>. Acessado em: 03/10/2019 e 25/07/2021.

RAMOS, Cornélio. **Catalão de ontem e de hoje** (curiosos fragmentos de nossa história). Distribuidora Kalil. 1984, Catalão/GO. 110 p.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe; BELOTO, Gislaine Elizete. **Morfologia Urbana como Instrumento Projetual.** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2020, 12. e20190266. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217533692020000100402&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 15/09/2020; 20/10/2020.

REIS, Luís Carlos Tosta. **Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista:** estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória – ES. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

Relatório Perspectivas da Urbanização Mundial 2018 (**World Urbanization Prospects: The 2018 Revision**). Disponível no endereço eletrônico: <<https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>>. Acessado em: 07/04/2021.

RODRIGUES, Luana. CORREIO DO ESTADO, Seção: Cidades. **Mato Grosso do Sul é o Estado mais arborizado do país, indica IBGE:** medidas educacionais contribuem para posição de MS no ranking. 13/01/2019. Campo Grande – MS. Disponível no endereço eletrônico: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/mato-grosso-do-sul-e-o-estado-mais-arborizado-do-pais-indica-ibge/345118>>. Acessado em: 05/08/2019.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro de Região:** definições e métodos de avaliação da centralidade. Livraria Progresso Editora. Salvador, Bahia. 1959. 28 fls.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática.** 1ª. Edição. Oficina dos Textos. São Paulo, 2004.

SILVA, Antonio Santiago da. ROSA, Roberto. **Mapa de capacidade e potencial do uso da terra do município de Catalão (GO).** Caderno de Geografia, v.29, n.59, 2019 p. 954 958. ISSN 2318-2962 / DOI 10.5752.

SILVA, Rafael Fonseca de Sá. **Cálculo do Índice de Arborização Urbana (Índice de Área Verde) como indicador da qualidade socioambiental para a cidade de Três Rios, RJ.** Monografia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios. 2016. Disponível no endereço eletrônico: <<https://itr.ufrj.br/portal/calculo-do-indice-de-arborizacao-urbana-indice-de-area-verde-como-indicador-da-qualidade-socioambiental-para-cidade-de-tres-rios-rj/>>. Acessado em: 02/03/2021.

SILVA, Joelmir Marques da. **Um passeio pela história dos jardins e um olhar para a criação dos primeiros jardins modernos no Brasil.** Revista Espaço Acadêmico, n. 156. Maio de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Editora Bertrand Brasil. 2ª. Edição. Rio de Janeiro. 2005. 192 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Coleção Repensando a Geografia. Editora Contexto. São Paulo. 1988

TUAN. Yi Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Editora Eduel. Londrina-PR. 2012. 342 p.

VAZ, Pe. Murah Rannier Peixoto. Morrinho do São João: tradição e fé de gerações. **Revista Portal VIP 92ª Especial 156 anos de Catalão – a saga de Bonifácio**. Publicado em 14 de outubro de 2015. Disponível no endereço eletrônico: <https://issuu.com/ilianefonseca/docs/rev_portal_vip_ed._92_156_site_baix>. Acessado em: 25/06/2021.

VIEIRA, Alexandre B.; ROMA, Cláudia M.; MIYAZAKI, Vitor K. Cidades Médias e Pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, V.1, nº 29, 2007, p. 133-155. Presidente Prudente/São Paulo. Disponível no endereço eletrônico: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>>. Acessado em: 26/04/2021.